



CLARISSA GONTIJO LOURA

**EVOLUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL E
PAISAGÍSTICA DOS JARDINS DO
MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS-RJ**

**LAVRAS - MG
2015**

CLARISSA GONTIJO LOURA

**EVOLUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL E PAISAGÍSTICA DOS
JARDINS DO MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS-RJ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agronomia/Fitotecnia, área de concentração em Produção Vegetal, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora
Dra. Patrícia Duarte de Oliveira Paiva

**LAVRAS - MG
2015**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pela própria autora.

Loura, Clarissa Gontijo.

Evolução histórico-cultural e paisagística dos jardins do museu
imperial de Petrópolis-RJ / Clarissa Gontijo Loura. – Lavras: UFLA,
2015.

76 p.

Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal de
Lavras, 2015.

Orientador (a): Patrícia Duarte de Oliveira Paiva.

Bibliografia.

1. Jardins históricos. 2. Paisagismo. 3. Estrada Real. I.
Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CLARISSA GONTIJO LOURA

**EVOLUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL E PAISAGÍSTICA DOS
JARDINS DO MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS-RJ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agronomia/Fitotecnia, área de concentração em Produção Vegetal, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 26 de fevereiro de 2015

Dr. Paulo Roberto Corrêa Landgraf	UNIFENAS
Dra. Rosângela Alves. Tristão Borém	UFLA

Dra. Patrícia Duarte de Oliveira Paiva
Orientadora

**LAVRAS – MG
2015**

À Tânia e Marcelino
DEDICO E OFEREÇO

AGRADECIMENTOS

À Deus, meu apoio, refúgio, razão da minha força para prosseguir até o fim mesmo com todas as dificuldades encontradas no caminho.

Aos meus pais, Tânia e Marcelino, pelo carinho e apoio aos estudos.

Aos meus irmãos, Livia e Marcelo, pelo carinho e exemplo de dedicação.

Ao meu parceiro Filipe, por todo amor e incentivo.

Aos colegas de Mestrado em Fitotecnia, em especial os amigos do Nepaflor, pelo carinho e conhecimentos compartilhados.

As amigas Cinara e Thaís, pelo suporte, carinho e amizade.

À minha orientadora Patrícia Duarte, exemplo a ser seguido, pelos ensinamentos diários, disponibilidade e atenção, sempre carinhosa.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) pela oportunidade de realização do mestrado.

Ao Museu Imperial de Petrópolis, em especial à Biblioteca do Museu, pela disponibilidade de materiais essenciais ao trabalho.

*“Petrópolis, sempre a mais linda
Teu povo, teu clima
Tudo me fascina*

*Tua História sempre viva
Tua flora muito rica*

*Sob o sol esbanja vida
Sob a chuva muito airosa
Sob a lua sempre brilha
Como uma pedra preciosa*

*É assim que a vejo,
É assim que a sinto
E por isso a quero tanto
Como a mãe anseia a filha”*

Jéssica Vasconcelos

RESUMO

O termo jardim histórico está relacionado à definição de áreas verdes, que são ambientes agradáveis capazes de proporcionar uma integração entre o homem e a natureza, na busca da melhoria de qualidade de vida, além de oferecerem diversos benefícios ambientais aos locais que estão inseridos. Os jardins históricos são considerados monumentos vivos, que devem ser estudados, a fim de se manter preservada toda a história do espaço e entorno em que se encontram. Na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, encontra-se o Museu Imperial, antigo Palácio de Verão do Imperador D. Pedro II. Esse espaço foi construído para que a Família Imperial pudesse passar os meses mais quentes do ano em um local de clima mais ameno. No entorno do Palácio foi implantado um jardim que complementava a edificação. Esses jardins são históricos e mantidos desde a sua construção. O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento histórico-cultural e paisagístico dos jardins do Museu Imperial de Petrópolis, desde a sua construção no séc. XIX até os dias atuais, 2014. Para realizar esse levantamento foram feitas pesquisas documental, iconográfica e botânica a respeito dos jardins, além de entrevistas com pessoas que contribuíram para os resultados finais. A partir do estudo realizado, foram descobertas características dos jardins do Museu Imperial. Algumas dessas características foram inovações para a época da construção dos jardins, como o traçado que foi influenciado por diferentes estilos clássicos de jardins, além do uso de grande diversidade de espécies vegetais incluindo nativas. Os jardins do Museu Imperial estão conservados, seguindo traçados originais, além de serem monumentos de contemplação, que possuem importância social e econômica na cidade de Petrópolis.

Palavras-chave: Jardins históricos. Paisagismo. Estrada Real.

ABSTRACT

The name “historical garden” is related to the definition of green areas, which are enjoyable environments capable of provide the integration between men and nature in the aspect of improvement of quality of living, besides offering innumerable environmental benefits to the area where they are located. The historical gardens are considered living monuments, thus should be studied in the attempt to preserve all the history of the surrounding areas where they can be found. In the city of Petropolis, state of Rio de Janeiro, are located the Museu Imperial (Imperial Museum), old Summer Palace of D. Pedro II, Emperor of Brazil. Built for the Imperial Family, they use to spend the warmer months of the year in a place where the climate was more pleasant. At the surroundings of the palace were deployed gardens which complemented the buildings. These gardens are considered historical, and have been maintained until the present day. The aim of the work was to perform a historical-cultural and landscaping survey of the Imperial Gardens of the Imperial Museum of Petropolis, since its construction, in the 19th century, to the present day, year of 2014. To perform the survey, documental, iconographic and botanical research regarding the gardens were conducted, in addition of several interviews with people who could to contribute with others information. From the study, some characteristics of the gardens could be discovered, and some of which could be considered innovations to the time of the construction. Considering the layout, it was influenced by different classical styles of gardens, besides the usage of a great diversity of vegetal species, including natives ones. The Gardens of the Imperial Museum are still preserved, following the original layouts, besides being a contemplation monument, which carry a significant social and economic importance.

Key words: Historical gardens. Landscaping. Royal Road.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Vista do Porto da Estrela. Aquarela de Thomas Ender, 1817.....	19
Figura 2	Mapa da Estrada Real.	20
Figura 3	As Sesmarias.....	23
Figura 4	Fazenda do Padre Correia, 1815.....	24
Figura 5	Fazenda do Córrego Seco.....	26
Figura 6	Primeira planta de Petrópolis, 1846.	29
Figura 7	Palácio Imperial. Litografia de Menezes, aproximadamente 1850.	31
Figura 8	Jean Baptiste Binot.	38
Figura 9	Projeto para os jardins do Museu Imperial.	39
Figura 10	Desenho a lápis de Otto Reimar, 1854.....	41
Figura 11	Vista de Petrópolis. Têmpera sobre cartão, Friedrich Hagedorn, 1855	42
Figura 12	Palácio Imperial de Petrópolis. Aquarela de Friedrich Hagedorn, 1856.	41
Figura 13	Palácio de Petrópolis. Têmpera de Hagedorn, 1858.	43
Figura 14	Palácio Imperial. Fotografia de R. H. Klumb, 1860.	44
Figura 15	Igreja da Matriz. Fotografia de Pedro Hees, 1860.....	45
Figura 16	Petrópolis-Vista Geral. Litografia de fotografia de R. H. Klumb, 1867/68.	46
Figura 17	Muro nos jardins do Museu Imperial.	47
Figura 18	Jardins das laterais e dos fundos do Museu Imperial.	48
Figura 19	Canteiros nos jardins do Museu Imperial.	49
Figura 20	Imagem de satélite da área do Museu Imperial, 2011.....	52
Figura 21	Fonte nos jardins do Museu Imperial. Clarissa Loura, 2014.	56
Figura 22	“Bosque do Museu Imperial”.....	58
Figura 23	Canteiro central do jardim com Estátua de D. Pedro II.....	59
Figura 24	Porte atual das espécies vegetais no Museu Imperial.....	59
Figura 25	Canteiro geométrico no Museu Imperial.....	60
Figura 26	Desenho dos jardins do Museu Imperial.	61
Figura 27	Estátua nos jardins do Museu Imperial.	63
Figura 28	Árvore das patacas nos jardins do Museu	65
Figura 29	D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina nos jardins do Palácio....	63

Figura 30 Marco comemorativo de 100 anos de amizade Brasil-Japão	68
Figura 31 Marco de Meia Légua da Estrada Normal da Estrela.....	68
Figura 32 Busto do Presidente Getúlio Vargas.....	69
Figura 33 Estátua de D. Pedro II nos jardins do Museu Imperial.	69
Figura 34 Luzes no espetáculo Som e Luz.	70

Tabela 1 Espécies vegetais dos jardins do Museu Imperial.....	53
----------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Jardins Históricos	15
2.1.1	Síntese da Origem dos Jardins no Brasil	16
2.2	Contexto histórico da cidade de Petrópolis	17
2.3.	Estrada Real e abertura do Caminho Novo	17
2.4	As Sesmarias	21
2.5	Fazenda do Padre Correia	24
2.6	D. Pedro I no Córrego Seco	25
2.7	Fundação de Petrópolis	27
2.8	Plano Koeler	28
2.9	O Palácio Imperial	30
2.10	A colonização alemã	31
2.11	A imigração estrangeira	32
2.12	Surgimento do Museu Imperial	33
2.13	Petrópolis: Cidade Imperial	34
3	METODOLOGIA	35
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
4.1	Evolução Histórica da Cidade de Petrópolis	37
4.2	Evolução Histórica dos Jardins do Museu Imperial	38
4.2.1	Os jardins do palácio	38
4.2.2	Os primeiros registros iconográficos	40
4.2.3	A implantação e aspectos atuais	46
4.2.4	Museu Atual/ Atividades Culturais	46
5	CONCLUSÕES	71
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Jardins históricos são monumentos vivos que devem ser estudados e preservados. Por se tratar de documentos culturais é necessário estabelecer métodos de preservação. Como possuem elementos vegetais, os jardins estão em constante evolução, assim a preservação desses monumentos exige detalhes específicos, estabelecidos de acordo com o traçado do local juntamente com a vegetação. A apropriação inadequada coloca os jardins históricos em risco, podendo perder os seus significados históricos e futuros (ANDRADE, 2008).

Um importante jardim histórico brasileiro situa-se no entorno do Museu Imperial da cidade de Petrópolis, RJ, localizada na região da Estrada Real. A cidade está inserida na rota que era percorrida por bandeirantes na busca pelo ouro e por diversas riquezas no interior do país. O Complexo Museu Imperial atualmente é composto pelo Palácio Imperial, um belo prédio neoclássico, arquivo histórico, biblioteca e um laboratório de conservação e restauração, além de toda a área em seu entorno composta por jardins.

O complexo ainda possui dois anexos: a Casa Geyer, localizada na cidade do Rio de Janeiro que foi doada ao Museu Imperial em 1999 e possui grande acervo histórico, e a Casa de Cláudio de Souza, que fica na Praça da Liberdade em Petrópolis, ambas doações foram compostas por, além da edificação, livros, fotografias e objetos (RESENDE; VIANNA, 2008).

O imperador D. Pedro II permanecia nesse palácio por boa parte do ano e, em consequência, a cidade se desenvolveu junto, atraindo importantes famílias para passar o verão no local. Essa prática se tornou tradição da cidade, mantida até os dias de hoje.

Fazer o levantamento histórico-cultural e paisagístico do Museu Imperial é um importante trabalho, pois com o estudo dos antecedentes é possível aprender e entender aspectos da atualidade. Isso permite o conhecimento da história dos jardins públicos, a valorização desses espaços,

além de contribuir para a conservação dos mesmos, evitando que sejam perdidos grandes monumentos históricos. O estudo dos jardins do Museu Imperial pode auxiliar pesquisadores a entender os primórdios do paisagismo no Brasil, uma vez que a construção desses jardins ocorreu em um período próximo no qual se iniciaram os trabalhos de urbanização no Brasil.

Nessa época, surgiu a ideia de organizar o espaço, para tornar as cidades mais adequadas para se viver. E juntamente com esse processo de ocupação do território surgiram os primeiros jardins planejados, com o intuito de proporcionar lazer e bem-estar as pessoas, sendo os jardins do Museu Imperial um dos pioneiros no país.

Objetivou-se estudar a evolução histórico-cultural e paisagística dos jardins do Museu Imperial de Petrópolis, desde a sua construção no séc. XIX até 2014.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Jardins Históricos

O jardim é uma das mais visíveis expressões do homem em sua relação com a natureza (REBELLO, 2012). O entendimento do termo jardim histórico está ligado, primeiramente, à definição de áreas verdes, termo que engloba os jardins, praças e demais espaços ligados à natureza. Ainda nesse contexto, áreas verdes são ambientes agradáveis, onde se alivia a angústia da cidade, com a integração do indivíduo à natureza. Esses espaços apresentam os benefícios ambientais como: combate à poluição, regulação da umidade e temperatura do ar; mantém a permeabilidade, fertilidade e umidade do solo e protege-o contra a erosão além da redução dos níveis de ruído problema decorrente do crescimento das cidades e muito incômodo aos moradores (NUCCI, 2008).

O jardim histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio cultural, por apresentar laços em comum com o patrimônio natural e por sua estreita ligação com a qualidade de vida na cidade (ANDRADE, 2008).

De acordo com o Artigo 1º da Carta de Florença de 1981 (ICOMOS, 1999) “Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e hortícola com interesses para o público pelo seu ponto de vista histórico ou artístico. Como tal deve ser considerado como monumento”. Ainda segundo a Carta de Florença, a restauração deve ser feita seguindo os traçados originais do projeto, com reposição de espécies que permita uma reconstituição fiel ao original.

Com preceitos baseados em sua importância histórica e artística, os jardins históricos contribuem para o fortalecimento da memória e da identidade de uma sociedade (ANDRADE, 2008).

2.1.1 Síntese da Origem dos Jardins no Brasil

No Brasil, a história dos jardins se inicia com os jesuítas, que aqui habitavam, eles abriam clareiras nas imensas matas e cultivavam jardins e pomares, substituindo os peculiares plantios dos índios. Os negros também trouxeram plantas ornamentais da África, e as implantaram por aqui. Mais tarde, viajantes estrangeiros encontraram no Brasil um rico banco genético, levando para a Europa plantas de várias espécies, inclusive ornamentais, que passaram a ser utilizadas nos jardins do Brasil com nomes europeus. Os primeiros indícios oficiais de jardins nacionais foram estabelecidos por Maurício de Nassau que criou jardins botânicos e arborização urbana em Recife e Olinda. Mestre Valentim foi o mais genuíno paisagista brasileiro da Colônia com seu projeto para o Passeio Público do Rio de Janeiro (DEAN, 1991).

O momento mais importante da história dos jardins no Brasil foi a vinda da família real em 1808. A fixação da corte no Rio de Janeiro deu início às obras de urbanização, ajardinamento e arborização urbana e assim teve início a história do jardim em território nacional. D. Pedro I herdou o gosto do pai pelos jardins e adotou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro como local predileto para seus passeios onde admirava as ricas coleções de plantas exóticas. D. Pedro II também foi um grande admirador e conhecedor das plantas. O modelo da corte se disseminou por todo o país e logo outras cidades queriam copiar o gosto por ruas arborizadas, parques e jardins, públicos e privados. Destacam-se nesta época, os jardins das fazendas de café e cana-de-açúcar.

O nome mais expressivo dentre os paisagistas do século XIX é o de François Glaziou, o primeiro paisagista a usar árvores nativas nos jardins brasileiros (DEAN, 1991).

2.2 Contexto histórico da cidade de Petrópolis

Petrópolis é considerada a cidade Imperial do Brasil. Localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro, possui um grande acervo histórico do período imperial brasileiro e um clima ameno que marca a sua história e seus usos como cidade de veraneio. É denominada imperial, por ter surgido exatamente pelas idealizações dos Imperadores, D. Pedro I e, posteriormente, D. Pedro II, além de ter sido fundada em meados do séc. XIX, especificamente no ano de 1843, época em que a Família Real regia o Brasil. O nascimento da cidade, localizada no Caminho Novo da Estrada Real, está ligado diretamente à busca do ouro nas Minas Gerais, sendo desbravados caminhos que proporcionaram escoar o ouro de forma mais rápida para os portos (GONÇALVES; BRANQUINHO; FELZENSZWALB, 2011).

Anterior à fundação da cidade de Petrópolis ocorreram alguns fatos na região que estão diretamente ligados ao surgimento da cidade: a abertura do caminho novo para as Minas Gerais, que possibilitou o transporte mais rápido e seguro do ouro; a doação de sesmarias, pela Coroa Portuguesa, com o objetivo de povoar o território serrano; o desenvolvimento das fazendas inseridas na serra que chamava a atenção para o clima agradável da região; e por fim, a compra da Fazenda do Córrego Seco, no alto da Serra da Estrela, futuro local das instalações do Palácio Imperial (RABAÇO, 1985).

2.3 Estrada Real e abertura do Caminho Novo

Desde o período colonial brasileiro, ocorreram movimentos de penetração para o interior já que era de conhecimento da corte que riquezas, como pedras e metais preciosos, poderiam existir nesses locais (CALAES et al., 2008). Já em meados do séc. XVII Portugal enfrentava uma crise econômica, o

que levou os portugueses a incentivarem o desbravamento do interior, com o intuito de encontrar ouro, e abrandar a crise (SANTOS, 2001).

O primeiro caminho construído para as Minas Gerais foi desbravado por bandeirantes, com destaque para o paulista Fernão Dias Paes. Este trajeto pioneiro denominado Caminho Velho passava pelos portos das capitanias de Paraty (Rio de Janeiro –RJ) e São Vicente (São Paulo- SP), seguia às margens dos rios Tietê (SP), e Paraíba do Sul (RJ). Fernão Dias com sua tropa (bandeira) desbravou a Serra da Mantiqueira até atingir as terras mais ao norte das Minas Gerais, no entanto a sua bandeira não obteve sucesso na procura do ouro e das pedras preciosas. Com a intensificação do movimento bandeirante o caminho a ser percorrido pelo ouro, de Minas Gerais até o Rio de Janeiro, onde o metal era encaminhado para Portugal, ganhou destaque, e para atravessá-lo exigia se grande sacrifício (SANTOS, 2001).

Com a intensificação das atividades mineradoras e com a finalidade de reduzir riscos e tornar a viagem mais segura foi solicitada pela Coroa Portuguesa, a construção de um caminho de terra firme, mais curto e mais seguro para transportar o ouro diretamente da Vila Rica, atual Ouro Preto (Minas Gerais- MG), ao Rio de Janeiro (BESSA, 2011). O Capitão-Mor Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias, foi quem assumiu a responsabilidade da abertura do chamado Caminho Novo, ficando pronto em 1707 (LACOMBE, 1942).

Com a contínua intensificação da corrida do comércio do ouro, a corte solicitou melhoramentos no caminho novo, que foram realizadas pelo Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença. Foi proposto um atalho do caminho novo pelo vale do rio Piabanha (rio que corta o território da cidade de Petrópolis) que iria atingir o Porto da Estrela (Figura 1) no rio Inhomirim (rio que banha o município de Magé- RJ), aos fundos da Baía de Guanabara (RABAÇO, 1985).



Figura 1 Vista do Porto da Estrela. Aquarela de Thomas Ender, 1817
Fonte: Iconografia Petropolitana

O caminho aberto por Bernardo Proença ficou conhecido como Caminho da Serra da Estrela (atual serra velha de Petrópolis) e foi justamente nesse território que tempos depois foi fundada a cidade de Petrópolis (SANTOS, 2001).

Apesar do declínio do ouro a partir do final do séc. XVIII, a Estrada Real, caminhos velho e novo, serviram como alicerce para o desenvolvimento das regiões em seu entorno, uma vez que era rota para transportar diversos produtos, além de proporcionar o povoamento das regiões mais distantes (CALAES et al., 2008). Assim, com a ocupação e desenvolvimento das regiões periféricas à estrada se instalaram fazendas, pousos, vendas e o surgimento da cidade de Petrópolis, se deve a esse povoamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2010).

Só se foi possível concluir estudos e até mesmo fazer a reconstituição do itinerário do Caminho Novo devido ao relato de diversos viajantes estrangeiros que passaram pelo local, contando em detalhes tudo o que era observado, através de textos e imagens. O objetivo desses viajantes era muitas vezes fazer

levantamentos da flora e fauna do país, em busca de novas plantas, remédios e animais. Juntamente com o seu trabalho faziam ponderações a respeito do território, das pessoas e de todos os seus atos culturais, permanecendo assim uma memória escrita rica em detalhes (RABAÇO, 1985).

Atualmente a Estrada Real se transformou em uma grande rota turística com 1600 km de extensão e abriga belas paisagens ao longo do seu trajeto. É dividida em quatro caminhos, o Velho, dos Diamantes, do Sabarabuçu e o Novo (Figura 2).

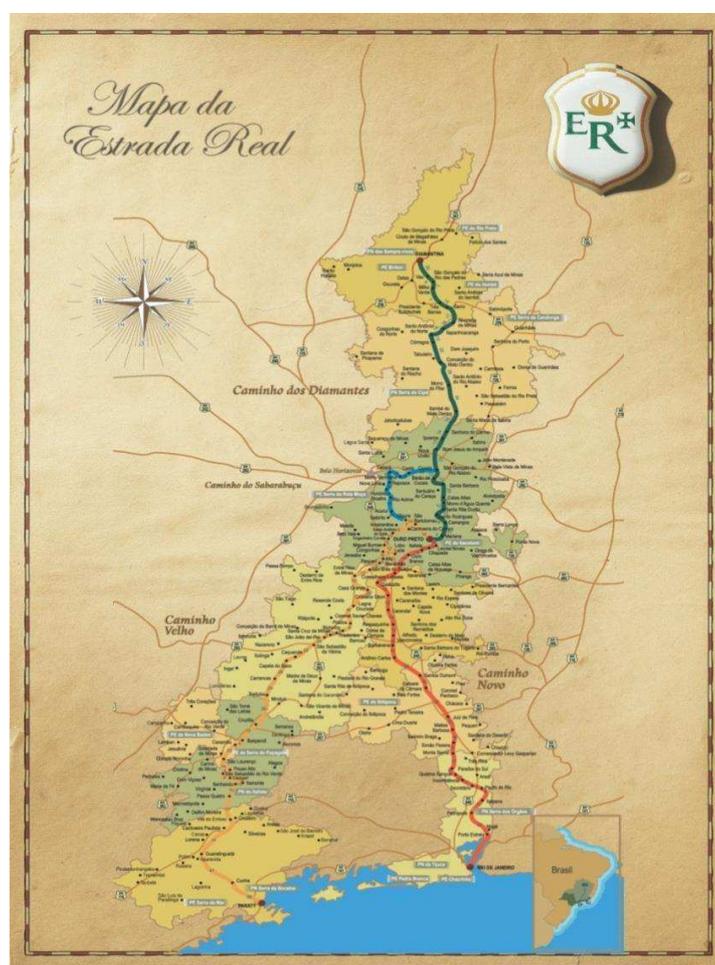


Figura 2 Mapa da Estrada Real

Fonte: ESTRADA... (2014)

2.4 As Sesmarias

No período colonial, Portugal iniciou o processo de ocupação do território no Brasil para que as terras fossem controladas pela coroa, evitando invasões de outros países que cobiçavam os solos brasileiros. Para tal, começaram a aplicar o sistema de sesmarias (RABAÇO, 1985). Sesmaria constituía uma extensão de terras agricultáveis, doada a um sesmeiro para povoar e desenvolver regiões, uma típica ação colonial portuguesa que já havia sido aplicada em outros locais com sucesso. As colônias de sesmarias eram administradas por um governador geral que dividia sua autoridade com homens de confiança, que pudessem investir um mínimo em escravos, ferramentas, mudas e sementes para desenvolver sua terra. Em no máximo dez anos eram obrigados a colonizar o local, ou então teriam que devolver as terras para ser repassada a outro sesmeiro (RABAÇO, 1985).

As primeiras sesmarias localizadas na antiga região serrana do estado do Rio de Janeiro, no vale do rio Piabanha, local onde hoje se encontra a cidade de Petrópolis, foram doadas em quadras equivalentes a 6600 m². Os sesmeiros poderiam subdividir suas terras como herança ou venda, sempre com o intuito de povoar o território (NETTO, 2008).

A concessão das sesmarias estava ligada a uma espécie de pacto, onde a coroa portuguesa possuía seus interesses e o sesmeiro seus deveres. A coroa visou inicialmente, o mercado extrativista, retirando do Brasil as riquezas naturais e levando para Portugal. No caso da região do vale do Piabanha, a obrigatoriedade estava relacionada a manter disponíveis, para Portugal, as espécies florestais, que poderiam ser utilizadas apenas para a construção de embarcações, além de serem replantadas. Os sesmeiros serranos também deveriam manter conservado o Caminho Novo da Estrada Real, para facilitar o tráfego de mercadorias de Minas Gerais até o porto do

Rio de Janeiro. Além de proporcionar abrigo aos viajantes, tropeiros e animais de carga que passariam por esses locais. E por fim, promover o Cristianismo, pagar dízimos e demais encargos à coroa portuguesa (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2010).

Foram diversas as sesmarias distribuídas na região serrana (Figura 3), mas aquelas que mais destacaram por sua importância social e econômica foram: A “Quadra das Pedras”, cujo proprietário, o Dr. Euzébio Alves de Ribeiro construiu nesse território a Capela de Nossa Senhora das Pedras, primeiro templo religioso. A “Quadra de Araras” pertenceu ao Capitão Luís Peixoto da Silva que mais tarde a vendeu para Manuel Antunes Goulão, este construiu no local a Fazenda do Rio da Cidade e ergueu a Capela de Nossa Senhora do Amor de Deus. A “Quadra do Rio Morto”, concedida a Manuel Antunes Goulão, que já era proprietário da Fazenda do Rio da Cidade, e ficava na união do referido rio com o Piabanha. Nessa sesmaria surgiu a mais importante fazenda da região, do Padre Correia, que deu origem ao atual 2º Distrito de Petrópolis, Correias. A “Quadra da Paciência” cujo proprietário a vendeu para Manuel Correia da Silva, genro de Manuel Antunes Goulão. Mais tarde todas as terras pertencentes à família seriam unidas, formando as maiores e mais rentáveis fazendas da região. A “Quadra do Alcobaça”, concedida a Francisco Muniz de Albuquerque, fundou a Fazenda da Samambaia com a capela de Nossa Senhora da Conceição. A “Quadra de Itaipava” que pertenceu a José Ferreira Fontes era também conhecida como “Quadra de Magé” pelo fato de seus trabalhadores terem vindo da baixada fluminense. Foi construída no local a Capela de Nossa Senhora da Conceição, e mais tarde a administração da fazenda passou para Agostinho Correia, irmão do Padre Correia (RABAÇO, 1985).

Estudo de localização de Sesmarias no Vale do Piabanha



Figura 3 As Sesmarias

Fonte: Rabaço (1985)

Dentre os primeiros sesmeiros a se apossarem da região do vale do Piabanha, destacou-se o Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença, o mesmo responsável por abrir a variante do caminho novo. Ele recebeu a Sesmaria do Itamarati localizada no alto da serra, que se tornou o centro urbano de Petrópolis. A concessão foi feita em 1721 e confirmada por Carta Régia em 1723. A Sesmaria do Itamarati, que é um afluente do rio Piabanha, deu origem a

vários sítios e fazendas dando destaque à Fazenda do Itamarati e à Fazenda do Córrego Seco (RABAÇO, 1985).

2.5 Fazenda do Padre Correia

Antônio Tomás de Aquino Correia da Silva Goulão, o Padre Correia, nasceu em 1759 na Fazenda do Rio Cidade, em uma sesmaria da região do vale do Piabanha (RABAÇO, 1985).

A Fazenda do Padre Correia no início do séc. XIX (Figura 4) gozava de seu mais alto apogeu, com destaque agropecuário e manufatureiro, foi precursora do desenvolvimento da agricultura fluminense. Com sua importância econômica e localização privilegiada no caminho novo da estrada real, a fazenda se tornou atrativa aos viajantes que variavam de tropeiros a importantes autoridades, como D. Pedro I e D. Pedro II. A sede da Fazenda com o passar do tempo deu origem à Villa de Correias, distrito de Petrópolis (SANTOS, 2001).

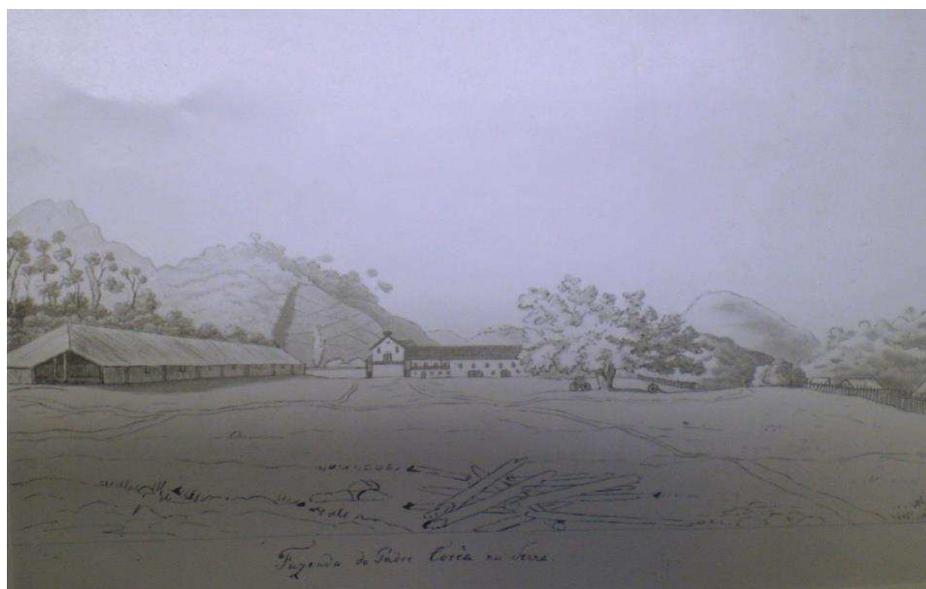


Figura 4 Fazenda do Padre Correia, 1815

Fonte: Iconografia Petropolitana

2.6 D. Pedro I no Córrego Seco

D. Pedro I fez duas viagens oficiais a Minas Gerais com passagem pela fazenda do Córrego Seco (Figura 5), em 1822 e 1830, em situações opostas. Na primeira vez, ao chegar a Vila Rica, ganhou apoio ao seu plano de autonomia política e econômica para o Brasil. Já no seu retorno em 1830, o Imperador recebeu no mesmo local, manifestações de desagrado, que mostrava o clima de insatisfação da Província em relação ao monarca. Entre as duas viagens oficiais D. Pedro I, subiu muitas vezes à Serra da Estrela, atravessando a Fazenda do Córrego Seco para se hospedar, com a família, na Fazenda do Padre Correia. D. Pedro I e sua família eram admiradores do clima e da tranquilidade da serra, despertando um grande desejo de ali edificar um palácio de repouso. Desejava condições agradáveis de clima, salubridade e lazer, na temporada de verão, fatores que não encontrava na cidade do Rio de Janeiro, quando o desconforto térmico junto com as péssimas condições de saneamento, tornavam o local indesejável. Além disso, o Palácio da serra se tornaria um refúgio das agitações urbanas, e das obrigações políticas. Porém os planos de D. Pedro I. foram barrados pela então proprietária da Fazenda do Padre Correia, Dona Arcângela, irmã e sucessora do Padre Correia falecido em 1824, alegando apegos sentimentais não aceitou negociar a propriedade, mas indicou ao Imperador as terras vizinhas à sua fazenda, a Fazenda do Córrego Seco, propriedade do Sargento-Mor José Vieira Afonso (RABAÇO, 1985).

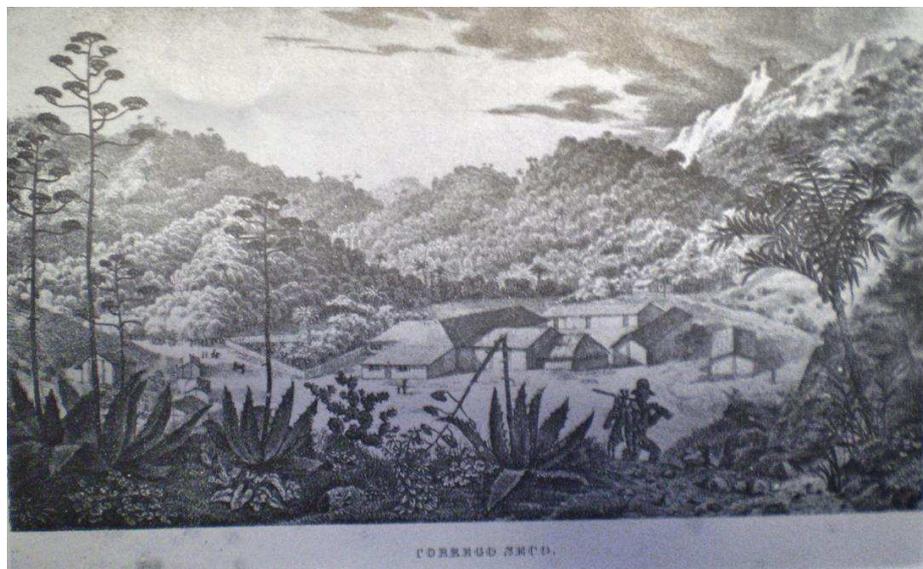


Figura 5 Fazenda do Córrego Seco

Fonte: Iconografia Petropolitana

A Fazenda do Córrego Seco constituía um quarto da primitiva sesmaria de Bernardo Soares de Proença e recebeu esse nome por causa do rio Palatino que, em determinadas épocas do ano, ficava completamente seco. Assim, em 1830 essa fazenda se tornou propriedade do Imperador. Logo após a compra da fazenda, D. Pedro I adquiriu também duas propriedades vizinhas, com o intuito de aumentar suas terras e resolver problemas antigos de limites indefinidos. Após serem adquiridas as fazendas, o Imperador renomeou o local como “Fazenda da Concórdia”, para simbolizar o seu desejo de que houvesse paz, amor e concórdia entre os brasileiros. Iniciaram-se os planos para a construção do Palácio de Verão. O engenheiro Pedro José Pezérat, arquiteto dos Paços Imperiais, fez um orçamento, para o projeto de estilo clássico com colunas coríntias, no valor de 300 contos de réis. A obra não se iniciou devido à abdicação do trono de D. Pedro I em 1831, e seu retorno para Portugal (NETTO, 2006). A fazenda foi entregue à administração de uma firma inglesa (Samuel Phillips e Cia.), que a arrendou por

um conto de réis ao ano. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, a fazenda foi incluída numa série de propriedades a serem vendidas para quitar dívidas pessoais do Imperador (RABAÇO, 1985). Só em 1842, o tutor do D. Pedro II, o marquês de Itanhaém, e Paulo Barbosa da Silva, mordomo da Casa Imperial, assinaram um acordo retificando a partilha dos bens feita em Portugal. Com isso, entre os bens recebidos se encontrava a Fazenda do Córrego Seco, onde mais tarde seria construído o palácio imperial (LACOMBE, 2007).

2.7 Fundação de Petrópolis

A fundação de Petrópolis ocorreu por meio do Decreto Imperial de 16 de março de 1843, assinado por D. Pedro II e pelo mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva, que além de ser responsável pela administração dos bens particulares da Família Imperial, foi o mentor da criação da cidade (RABAÇO, 1985).

No Livro de Registros da Mordomia, o decreto foi inscrito no número 155 (SANTOS, 2001). Ficou então determinado o arrendamento da Fazenda Córrego Seco ao Major Júlio Frederico Koeler, que deveria cumprir algumas metas para o desenvolvimento do novo povoado: - A construção de um Palácio com suas dependências e jardins; - A urbanização da Vila Imperial em torno do Palácio, cuja área foi distribuída a titulares da nobreza e homens de negócio, com o objetivo de gerar renda para a Casa Imperial; - Formação de quarteirões coloniais, sendo a área dividida em doze quarteirões e estes em lotes, além da Vila Imperial; - A construção da Igreja de São Pedro de Alcântara e; - A instalação de um cemitério (RABAÇO, 1985).

Antes de assinar o decreto, Koeler deveria restaurar a estrada que ligava o porto da Estrela (localizado na atual região da cidade de Magé) à cidade de Paraíba do Sul, passando, portanto pelas terras do Córrego Seco. Também

iniciou um projeto para implantar uma colônia agrícola de alemães nas terras do Córrego Seco (LACOMBE, 2007).

2.8 Plano Koeler

Júlio Frederico Koeler nasceu na cidade de Mogúncia, Alemanha, em 16 de junho de 1804. Aos dezoito anos ingressou no serviço militar, onde alcançou o posto de alferes. Veio para o Brasil em 1828 contratado para servir o Exército Imperial devido à falta de oficiais no país, assim foi admitido como 1º tenente no Imperial Corpo de Engenheiros. Em 1830, um decreto de D. Pedro I dissolveu os batalhões estrangeiros, pois havia uma desconfiança em relação a esses militares. A demissão de Koeler foi inevitável. Ao ser afastado do Exército, Koeler foi contratado como engenheiro civil do governo da Província do Rio de Janeiro, onde realizou importantes obras, com destaque para o planejamento e construção da estrada normal da serra da Estrela, em 1832. No ano seguinte, foi naturalizado brasileiro, e pode retornar o exército, já com o cargo de 1º Tenente, mas se manteve a disposição do governo, onde realizou diversas obras públicas. Em 1836, participou do primeiro programa do governo de trabalho livre com imigrantes estrangeiros. Em 1837, dirigiu trabalhos na melhoria do Caminho Novo, conseguiu transformar o antigo caminho de tropeiros em uma via carroçável, que passou a ser chamada de Estrada Normal da Serra da Estrela. Nessa empreitada, Koeler empregou imigrantes alemães, ao invés de trabalhar com mão de obra escrava. Ainda em 1837 foi promovido a capitão e, em 1839, a Major graduado do Imperial Corpo de Engenheiros. Em 1841 adquiriu a fazenda do Quitandinha e a doou mais tarde a D. Pedro II para compor a extensão de terras da colônia de Petrópolis. E foi em 1843, que iniciou o seu maior projeto, a construção de Petrópolis. Koeler morreu em 1847, sem ver terminadas as obras do Palácio e da Vila Imperial (SANTOS, 2001).

Koeler se baseou em seus princípios de engenheiro civil para nortear as suas ações e criar um verdadeiro plano urbanístico, de acordo com as ideias mais avançadas da época, foi precursor em seguir princípios sociais e ecológicos na formação do plano. Sendo assim, a cidade de Petrópolis merece o título de primeira cidade planejada do Brasil (Figura 6) (EARP, 2004).

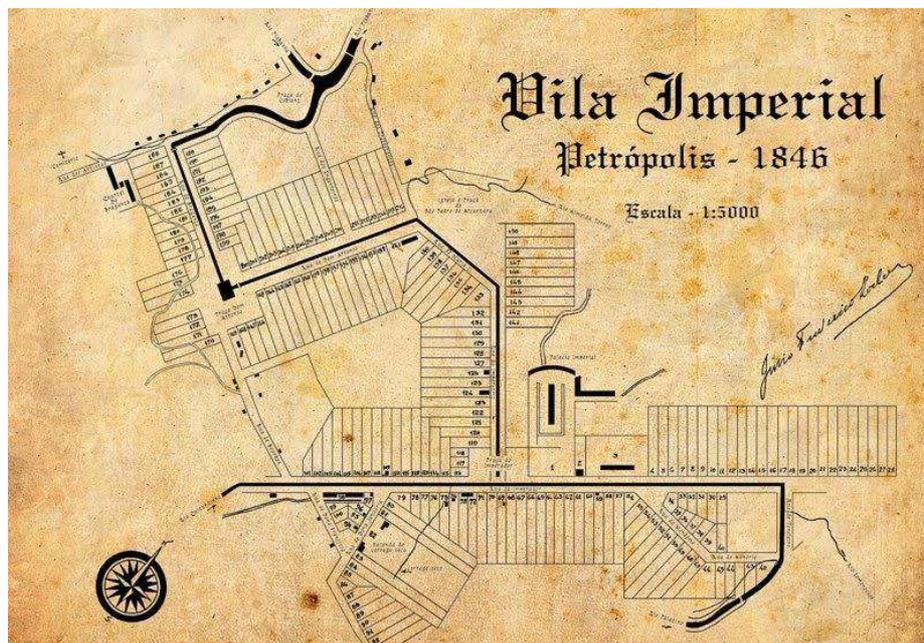


Figura 6 Primeira planta de Petrópolis, 1846

Fonte: Iconografia Petropolitana

O plano urbanístico de Koeler iniciou-se em outubro de 1843 e foram diversas as sugestões que o urbanista propôs, criando um regulamento, um código de obras petropolitano, descrevendo em detalhes o modelo de uma cidade jardim, destacando o plantio de árvores nas ruas e praças (RABAÇO, 1985).

Na sua ação administrativa, Koeler criou o “Plano da Companhia de Petrópolis”, com o qual pretendia associar o desenvolvimento do novo povoado aos recursos da iniciativa privada. Nesse plano parte da obra do Palácio deveria ficar pronta até 01 de outubro de 1846; - deveria ser instalada uma colônia

agroindustrial alemã, para fornecimento de produtos de clima temperado para a capital; - consolidar a instalação do Palácio Imperial e da colônia alemã por meio da “Companhia de Petrópolis”, cujo capital acionista seria investido na construção de edifícios públicos e casas particulares; - organização do transporte de passageiros e carga entre o Porto da Estrela e Petrópolis, e por fim, - a instalação imediata de um hotel (RABAÇO, 1985).

2.9 O Palácio Imperial

A construção do Palácio Imperial em Petrópolis teve seu início confirmado pelo decreto imperial n. 182, de 15 de janeiro de 1845, assinados por D. Pedro II, o mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa, e pelo Major Júlio Frederico Koeler. As obras foram iniciadas com o preparo do terreno, após uma visita de D. Pedro II que definiu a localização exata do palácio no terreno. Ficou definido que seria no canto da Rua da Imperatriz com a Rua do Imperador. As obras tiveram início pela ala direita e, nesta primeira fase, foram feitos também um alojamento para os operários e um depósito para madeiras e pedras (LACOMBE, 2007).

Após a morte do Koeler, as obras passaram a ser conduzidas por José Alexandre Ribeiro Cirne que permaneceu no cargo de 1849 até 1853, quando foi substituído por José Maria Jacinto Rebelo, que ficou no cargo até 1858. Posteriormente, Vicente Marques Lisboa comandou as obras até 1862 (RESENDE; VIANNA, 2008).

Logo que a parte da ala direita ficou pronta, construída ainda sob o comando do engenheiro Koeler, com condições de ser habitada, a Família Imperial passou a utilizá-la (Figura 7). Devido à ansiedade para se hospedarem no Palácio, esta ala precisou ser terminada as pressas, e não levou os mais nobres acabamentos se comparada à ala esquerda que pôde ser concluída com calma e perfeição.



Figura 7 Palácio Imperial. Litografia de Menezes, aproximadamente 1850
Fonte: Iconografia Petropolitana

No andar térreo várias salas foram montadas e no sobrado, dispostos quartos, salas e corredores, entre eles o Gabinete de Trabalho do Imperador e a Sala de Estado, onde D. Pedro II recebia os visitantes em recepções formais. O Palácio foi terminado em 1862, mas recebeu algumas modificações com o passar do tempo. Pode-se dizer que, se comparado às residências de outros monarcas europeus, o Palácio Imperial de Petrópolis foi uma construção pouco luxuosa, sem deixar de valorizar a harmonia de suas formas. Seu estilo é o neoclássico, identificado principalmente pela simetria da construção, bem como o uso de cores suaves, além de possuir elementos como colunas e pilastras com capitéis e o frontão (RESENDE; VIANNA, 2008).

2.10 A colonização alemã

Com a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, surgia uma era promissora ao desenvolvimento do país. Primeiramente começava a ser substituído o trabalho escravo pela mão de obra livre. As terras brasileiras

estavam disponíveis a colonos de diversas nacionalidades, que traziam para o país diversidades culturais, inovações profissionais, e com tudo isso, o Brasil se tornava mais rico financeiramente. Em Petrópolis, foi inaugurada uma colônia alemã em 1845. Foram quatro grupos de alemães que, em épocas distintas, colonizaram a região. Em 1837, os primeiros colonos vieram para trabalhar na obra de melhoramento da estrada da Serra da Estrela. Chegaram ao Brasil desviando do real destino, Sydney na Austrália. Em 1843, alguns alemães, selecionados por Koeler receberam lotes especiais na Vila Imperial, juntamente com alguns membros da nobreza nacional e também outros estrangeiros, que deveriam contribuir com a construção e o desenvolvimento do novo povoado. Em 1845, chegou na região o mais numeroso grupo de alemães, formando então, oficialmente uma colônia, que com muito trabalho estiveram envolvidos diretamente com o progresso da cidade. E por fim, em 1857, o último expressivo grupo de colonos alemães, chegava a Petrópolis, vieram encarregados para a construção da nova estrada entre Petrópolis e Juiz de Fora, conhecida como Estrada União e Indústria (RABAÇO, 1985).

Os colonos alemães de Petrópolis foram responsáveis não somente pela difusão da cultura germânica, mas também pela vocação industrial e até mesmo tecnológica da cidade, fruto da especialização desses primeiros trabalhadores imigrantes que preferiam o trabalho artesanal industrial às atividades agrícolas. Eles se dedicavam a atividades de ferreiros, relojoeiros, ourives, marceneiros, funileiros, vidreiros, indústrias de alimentação, cervejas e em destaque a tecelagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2010).

2.11 A imigração estrangeira

Dentre aqueles que receberam lotes de terras na antiga Fazenda do Córrego Seco, na nascente Vila Imperial, em torno do Palácio de verão em construção, figuram além de ilustres políticos brasileiros, estrangeiros de várias

nacionalidades como portugueses, franceses, ingleses, alemães, italianos, israelitas, suíços, espanhóis, cubanos, libaneses, israelitas, japoneses, e belgas. Embora existissem barreiras iniciais, essas foram depressa rompidas, graças ao espírito de confraternização étnica, tão brasileiro, herdado dos portugueses (RABAÇO, 1985).

A maioria dos imigrantes de Petrópolis, antes da chegada dos alemães, era de origem portuguesa. O início das obras do Palácio Imperial, em 1845, atraiu para a região mão-de-obra qualificada, o que proporcionou a vinda de muitos portugueses. Na mesma época, muitos se instalaram na Rua do Imperador, no ramo do comércio. A imigração portuguesa se intensificou nas décadas de 1850 e 1860, quando estes vieram trabalhar nas obras da Estrada União e Indústria e na agricultura. Em consequência surgiram novas comunidades, como a dos floricultores no Caxambu e agropastoril, de São José do Vale do Rio Preto (SANTOS, 2001).

2.12 Surgimento do Museu Imperial

Em 1933 foi assinado pelo então prefeito de Petrópolis, Yeddo Fiúza, o ato nº 384, que determinava a criação do Museu Histórico de Petrópolis, uma proposta do vereador Alcindo de Azevedo Sodré. As instalações iniciais eram precárias, tendo uma sala da Biblioteca Municipal como sede onde eram reunidos alguns objetos e documentos históricos. Com o tempo começaram a serem reunidos nessa sala diversos objetos, fotografias e documentos trazidos pelos próprios moradores que possuíam interesse na preservação da tradição Petropolitana.

Em 1939, o Presidente Getúlio Vargas, interessado na importância do resgate histórico e preservação do Palácio Imperial, adquiriu o parque Imperial como propriedade do governo, a fim de ali abrigar o Museu Imperial (LACOMBE, 2007).

Dessa forma, o antigo Palácio de verão do Imperador D. Pedro II foi transformado em museu em 1940 por um Decreto-Lei. Por esse ato, um busto do então presidente Getúlio Vargas foi instalado nos jardins do museu e atualmente é tombado como patrimônio histórico pelo IPHAN (RESENDE; VIANNA, 2010).

2.13 Petrópolis: Cidade Imperial

Petrópolis recebeu o título de Cidade Imperial somente em 26 de março de 1981, durante o governo João Baptista de Figueiredo, a fim de reparar uma injustiça histórica. Até então não era declarada como Imperial, diferentemente de outras cidades como Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Ouro Preto (então Vila Rica - MG), Itu (SP), Niterói (RJ), São Luís do Paraitinga (SP) e Belém (PA). Também foram concedidos os títulos de Imperiais Cidades Provisórias a cidades que receberam o imperador e passaram a ser capital provisória do Império, dentre essas, João Pessoa e Teresina (LOPES, 2009). Após receber esse título, o então prefeito Bianor Martins Esteves, assinou o Decreto nº 90, de 25 de junho de 1981, estabelecendo normas urbanísticas para a cidade, a fim de preservar as diversas construções com grande importância histórica: além do Museu Imperial, há o Palácio da Princesa Isabel, Casa do Barão de Mauá, Palácio Grão Pará, Casa do Barão do Rio Branco, Palácio Sérgio Fadel, Palácio de Cristal, Palácio Rio Negro, Casa de Santos Dumont, Catedral de São Pedro de Alcântara, Hotel Quitandinha, entre outros. Todos esses monumentos são tombados como patrimônio histórico e são importantes pontos turísticos da cidade da Petrópolis (SANTOS, 2001).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi focada no período de 1800 até 2014, sendo analisada a evolução histórica, cultural e paisagística dos jardins do Museu Imperial, situado em Petrópolis.

A fundamentação teórica do trabalho foi baseada na integração de três contribuições de autores que desenvolveram teorias para o entendimento do contexto em questão (DELPHIM, 2005; LASSUS, 1994; LUNGINBUHL, 2006). Lassus (1994) propôs a Análise Inventiva, onde a interpretação dos dados naturais patrimoniais e sociais permite estabelecer uma relação entre o lugar e suas práticas sociais. É possível traçar uma evolução física e das práticas sociais do local estudado. Já Lunginbuhl (2006) com a Análise Subjetiva sugere que paisagem e suas representações apresentam valores que são atribuídos pela população, artistas, pintores, escritores que identificam os atributos estéticos ou simbólicos em suas obras. E por fim Delphim (2005) esclarece que os jardins possuem aspectos singulares que implicam em métodos singulares de conservação dos mesmos. Ele elaborou normas técnicas que permitem a correta preservação dos jardins históricos e dos bens tombados no entorno que possuem restrições de uso e também orientações específicas de preservação. Para a coleta de dados, foram feitas pesquisas bibliográficas e iconográficas, levantamento de documentos e também pesquisas de campo e entrevistas.

O levantamento documental ocorreu nos acervos do Museu Imperial, na Biblioteca Municipal, Casa de Cultura, Prefeitura, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e em demais instituições que apresentaram material de interesse para a pesquisa. O levantamento da vegetação para identificar as espécies vegetais presentes no local foi realizado durante as visitas aos locais, através da observação e identificação de espécies. Já o

levantamento iconográfico foi realizado com o intuito de obter dados a respeito dos jardins em diferentes épocas a fim de traçar a evolução desses jardins.

Também foram realizadas entrevistas informais para abordar pessoas ligadas ao assunto, como bibliotecária do museu, jardineiros responsáveis pelo local, historiadores, além de pessoas naturais da cidade de Petrópolis. Essas entrevistas foram livres, permitindo a coleta de diversas informações e dados, além de identificar a importância desse espaço no inconsciente coletivo da população.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Evolução Histórica da Cidade de Petrópolis

Com uma população de aproximadamente 6000 habitantes, em 1856, iniciou-se o projeto de elevação de Petrópolis à categoria de cidade. No local já existiam edificações e um comércio evoluído, Paralelamente ao desenvolvimento econômico e social da região, surgia a ideia de libertação fiscal e política. A emancipação do município ocorreu em 1857 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1948).

Em 1893, ocorria no país, a Segunda Revolta da Armada, que cortou as comunicações marítimas entre o Rio de Janeiro e Niterói, então capital do Estado do Rio. Assim foi aprovado o projeto de transferência provisória da capital do estado para Petrópolis, em 1894. Inicialmente o Palácio do governo foi instalado em um prédio nos arredores da Praça da Liberdade, e em 1896, transferido para o Palácio Rio Negro mais adequado à sede do Governo estadual. Este local, além de possuir salas para trabalhos administrativos, servia também como residência do Presidente. Em 1902, ficou determinado o retorno da capital do Estado para Niterói. Quando Petrópolis deixou de ser a capital do estado, temia-se que a cidade perdesse seu prestígio e empacasse o seu desenvolvimento, no entanto tal situação não ocorreu (SANTOS, 2001). Este mesmo Palácio se tornaria propriedade do Governo Federal para se tornar residência oficial de verão dos Presidentes da República, em 1903 (SANTOS, 2001).

No setor diplomático, Petrópolis, se destacou por ter sido sede da assinatura do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Acre, foi anexado ao Brasil. O tratado foi assinado em 1903, no Palácio Rio Negro (SANTOS, 2001).

Nesta época, a cidade de Petrópolis se destacava em alguns setores, como a educação. Algumas escolas chegaram a se instalar no Palácio Imperial, quando esteve desocupado em função do exílio Imperador. Em 1892, as

instalações do prédio, incluindo o jardim foram alugadas às irmãs da congregação de Notre Dame de Sion. O contrato finalizou em 1907, com a construção da sede definitiva do colégio (LACOMBE, 2007).

Com a saída do Colégio Sion, as dependências do palácio foram alugadas para a instalação do tradicional Colégio São Vicente de Paulo dirigido por imigrantes belgas, com licença para uso a partir de 1909, permanecendo por 30 anos, quando a propriedade foi adquirida pelo governo para nela ser instalado o Museu Imperial. Esse foi um dos colégios mais renomados do país (LACOMBE, 2007).

4.2 Evolução Histórica dos Jardins do Museu Imperial

4.2.1 Os jardins do palácio

Em 1816, chegou ao Rio de Janeiro a Missão Francesa com o objetivo de fundar uma Academia de Belas-Artes, o que ocorreu em 1826. Essa Missão era integrada por pintores, escultores, arquitetos, botânicos. Entre esses, Jean Baptiste Binot (1810 -1894) (Figura 8), botânico e horticultor francês, que foi membro da Sociedade Imperial e Central de Horticultura de Paris, além de correspondente de inúmeros estabelecimentos de agricultura e horticultura da França (GUBERMAN, 2010).



Figura 8 Jean Baptiste Binot

Fonte: Marilluci Guberman

Em 1848, Binot adquiriu uma propriedade na cidade de Petrópolis, onde instalou uma chácara de plantas com diversos exemplares, alguns raros. Posteriormente transferiu sua chácara para outro terreno no Retiro, onde produzia além das flores e plantas de estufa, diversas hortaliças e frutíferas. Pela sua experiência, Binot foi solicitado para elaborar o projeto dos jardins do Palácio Imperial de Petrópolis, executando-o no ano de 1854. Há relatos de um desenho feito por Glaziou (Figura 9), para os jardins do palácio, que seguia um traçado semelhante a outros jardins antes executados por ele, como os traçados dos parques da Quinta da Boa Vista e do Campo de Santana, com seus canteiros em curva e seus lagos. Glaziou foi solicitado por ser um importante paisagista e ter realizado diversos projetos nesse período imperial brasileiro, em especial na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, esse projeto não foi aplicado, devido a sua incompatibilidade com os jardins construídos no local, além da ausência de qualquer documento que comprove a autoria do Glaziou (GUBERMAN, 2010).

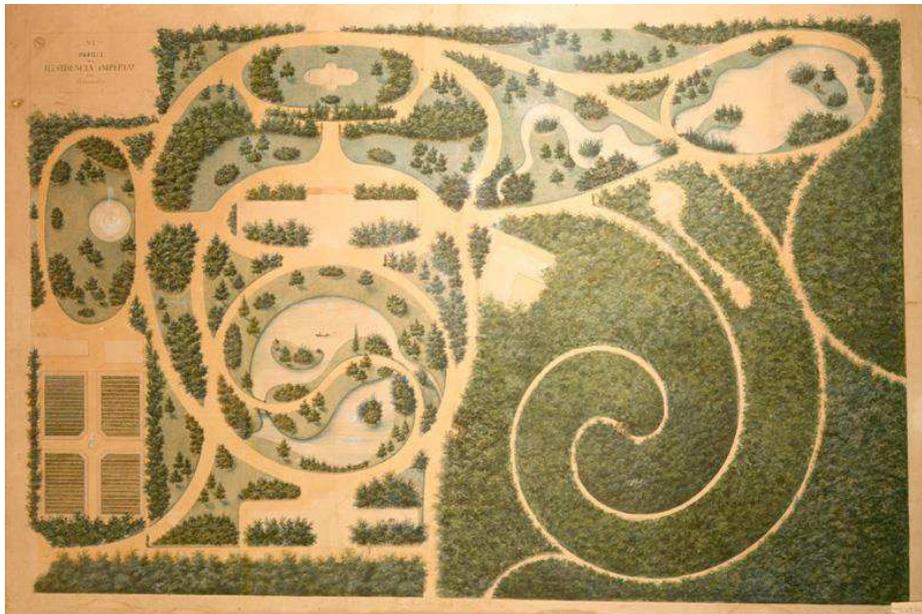


Figura 9 Projeto para os jardins do Museu Imperial.

Fonte: Acervo do Museu Imperial

Um dos motivos que levaram a escolha por Binot foi que D. Pedro II viu no botânico a pessoa indicada para um projeto não só estético, mas também ambiental, já que Binot possuía em sua chácara um grande viveiro de plantas nativas e exóticas que serviriam mais tarde para utilização nos jardins do Palácio (GUBERMAN, 2010).

Binot não criou um jardim de estilo específico, ele utilizou alguns elementos dos estilos de jardins clássicos europeus tais como a simetria e o traçado geométrico. Mas não ficou preso a essas rigorosidades, fato que fica bem claro na utilização de diversas espécies, sem se preocupar com a forma de distribuí-las, seguindo apenas o que foi proposto no contrato com relação às espécies e aos ambientes que deveriam compor o jardim do palácio. Além disso, ele priorizou o emprego de plantas que eram do gosto do imperador D. Pedro II, como camélias, especiarias, frutíferas e muitas flores.

4.2.2 Os primeiros registros iconográficos

Os primeiros registros iconográficos que mostram a área e os jardins recém-formados datam a partir de 1854, ano da assinatura do contrato de execução dos jardins. A área destinada à construção dos jardins ainda sem os mesmos parece muito plana em comparação como o que é hoje (Figura 10). Tal observação ocorre devido a uma possível “deformação do desenho”, já que não fica claro o desnível existente entre o palácio e o nível da rua. No entanto essa figura apresenta uma noção da dimensão da área que posteriormente foi ajardinada.



Figura 10 Desenho a lápis de Otto Reimarus, 1854

Fonte: Iconografia Petropolitana

A imagem a seguir, (Figura 11) apresenta com riqueza de detalhes os jardins formados em 1855. O que comprova a execução completa dos jardins no período de 1 año, desde a assinatura do contrato. Nesta imagem é clara a presença de dois patamares, um ao nível da rua e outro no nível da edificação, os jardins já se encontram cercados e bem definidos, com vegetação mais intensa no terraço inferior e canteiros geométricos no terraço superior. Há também em destaque um canteiro no centro em formato oval.

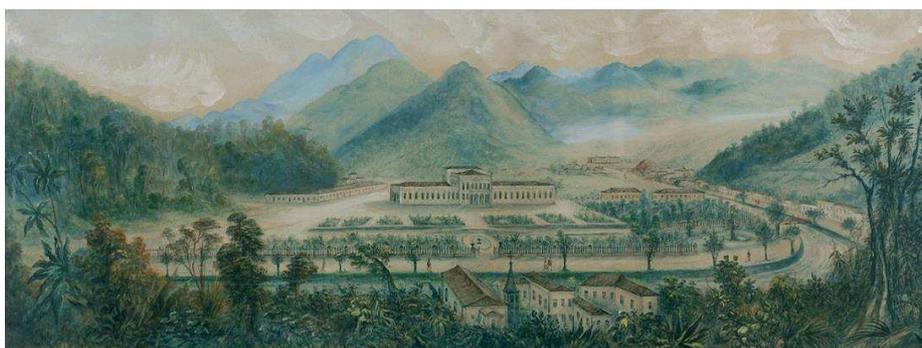


Figura 11 Vista de Petrópolis. Têmpera sobre cartão, Friedrich Hagedorn, 1855

Fonte: Acervo Museu Imperial

Em 1856, parte dos jardins já estão formados (Figura 12), totalizando o período de 2 anos desde o início das atividades. É interessante observar que a imagem apresenta erros de perspectiva, como na representação do rio em proporções muito maiores do que as reais. Há também a presença de algumas espécies arbóreas em porte bastante elevado, o que remete ao entendimento de que essas árvores já existiam no local ou então foram representadas fugindo da realidade, já que os jardins acabam de ser implantados, é contraditório as espécies estarem nesse porte.

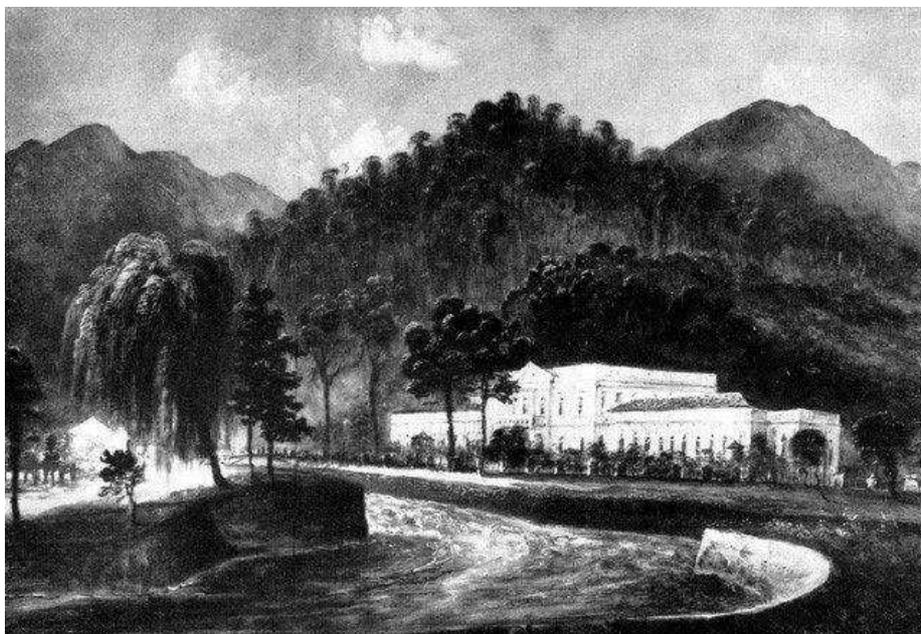


Figura 12 Palácio Imperial de Petrópolis. Aquarela de Friedrich Hagedorn, 1856
Fonte: Iconografia Petropolitana

Charles Ribeyrolles, viajante francês, relatou em seu livro “O Brasil Pitoresco” de 1859, algumas características dos jardins do Museu, principalmente das dimensões e dos usos do jardim, como de recreação para as princesas (RIBEYROLLES, 1980).

“O jardim do palácio encerra a habitação em uma cerca, sebes e flores (...). 72 e meia braça de parapeito com altura de seis palmos, 39 pilares de oito palmos e meio de altura (...). Há um pavilhão com um balanço para recreação das princesas.”

Seguindo a descrição de Ribeyrolles, que passou pelo local em 1858 os jardins do palácio eram cercados por grades de madeira ornamentadas por trepadeiras floridas (Figura 13). Após a sua visita, ainda em 1858, as madeiras foram substituídas por 38 gradis de ferro sob um muro de alvenaria, que contornava o parque, estrutura mantida até os dias de hoje.



Figura 13 Palácio de Petrópolis. Têmpera de Hagedorn, 1858

Fonte: Iconografia Petropolitana

Já em 1860 (Figura 14) o terraço superior, próximo à edificação apresenta o jardim pronto, composto de plantas baixas que remete o jardim francês, no qual o palácio deveria se destacar. Assim próximo a esse só existem gramados e canteiros baixos e mais distantes usavam plantas mais altas, como no patamar ao nível da rua. É importante destacar a presença de simetria e formas geométricas nos canteiros, que além de lembrar os jardins franceses se

adequa ao estilo da edificação que é simétrica em suas duas laterais e de formas geométricas (retas) bem definidas. Há a presença de palmeiras, ainda jovens, apresentando uma tendência que se tornaria tão comum nos jardins tropicais anos depois. Ainda nesse mesmo espaço, encontra-se uma fonte.

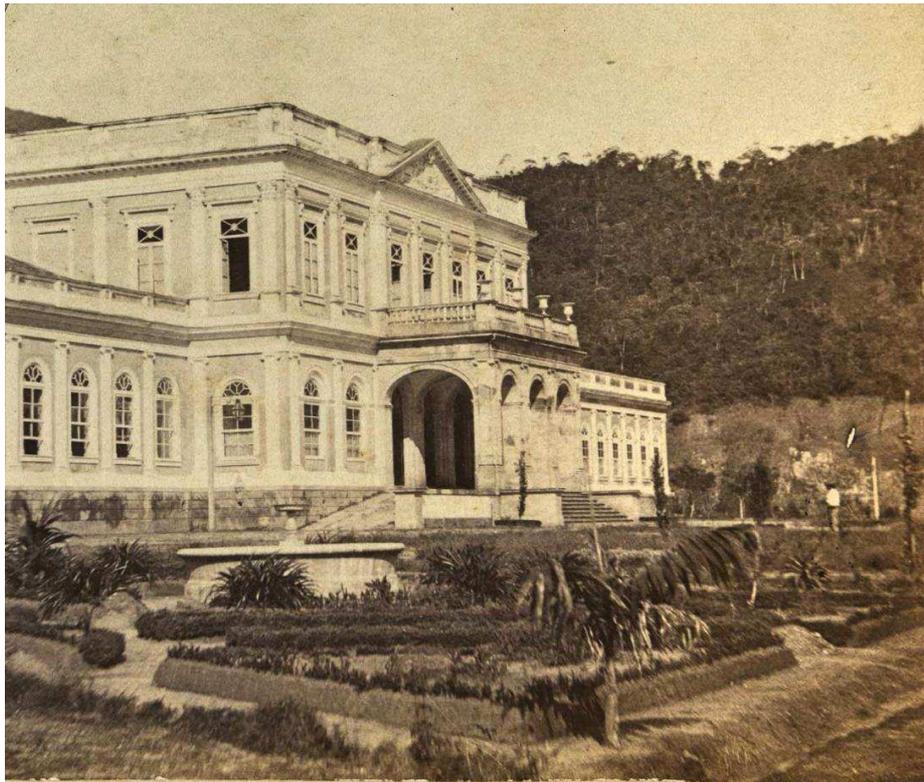


Figura 14 Palácio Imperial. Fotografia de R. H. Klumb, 1860.

Fonte: Acervo Museu Imperial

A figura 15 representa por outro ângulo os jardins do Palácio, ainda em 1860. Com destaque para o terraço inferior com o canteiro central e portão de acesso aos jardins. Nota-se que ao centro do canteiro encontra uma espécie de grande porte em destaque.

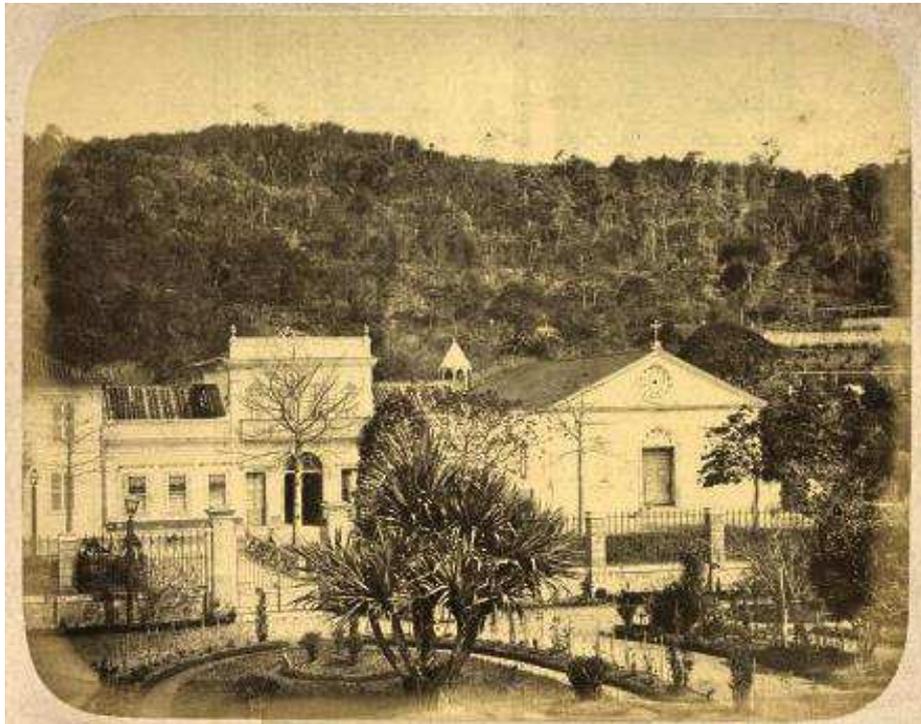


Figura 15 Igreja da Matriz. Fotografia de Pedro Hees, 1860

Fonte: Acervo Museu Imperial

Entre 1867 e 1868, (Figura 16) os jardins já estão bem desenvolvidos, com destaque para o traçado formado. É possível observar o bosque do terraço inferior com um canteiro circular ao centro, uso de grande variedade de espécies vegetais, em especial arbóreas, de grande porte, formando uma pequena mata, além de canteiros curvos que formam um caminho para caminhadas e simulam uma subida da serra. Na lateral direita da foto é possível observar o pomar, que faz limite com a rua lateral, no mesmo local se encontram as cozinhas. No terraço superior, mais próximo da edificação, encontram-se os canteiros geométricos, e simétricos onde foi utilizada a maioria das espécies de flores, que ficavam bem a vista de quem estava dentro do Palácio. Visualiza-se a paisagem onde está inserido o Palácio, bem no meio da serra, com morros ao redor cobertos pela mata atlântica.

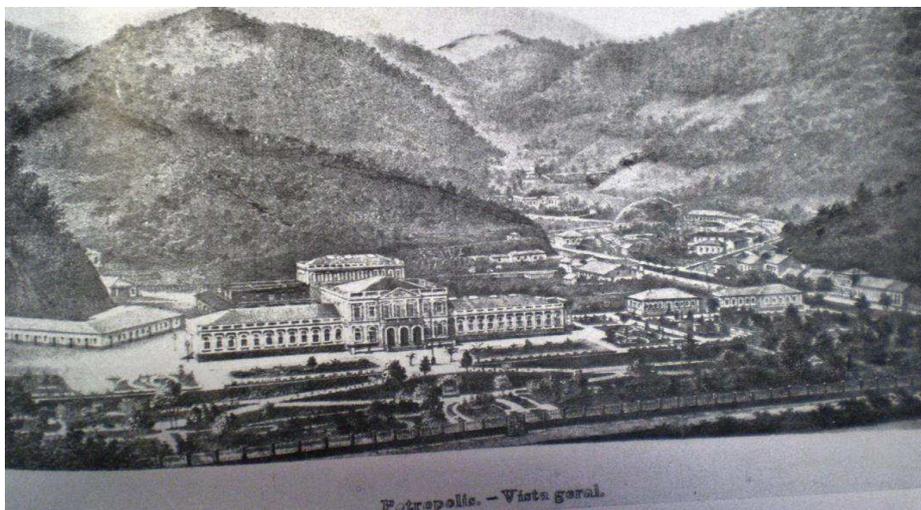


Figura 16 Petrópolis-Vista Geral. Litografia de fotografia de R. H. Klumb, 1867/1868.

Fonte: Iconografia Petropolitana

4.2.3 A implantação e aspectos atuais

A partir de um contrato assinado por Jean Baptiste Binot e pela Superintendência da Imperial Fazenda de Petrópolis foram iniciadas as obras para execução dos jardins. Nesse contrato (ARGON, 2008), estão detalhados todos os passos a serem seguidos, além das exigências em relação ao uso de espécies vegetais.

“Código 16 do Arquivo Grão Pará , 1854, nº9.

Contrato celebrado para a fatura dos jardins do Imperial Palácio de Petrópolis entre João Batista Binot e a Superintendência da Imperial Fazenda de Petrópolis. Aos vinte nove dias do mês de abril do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e quatro, no escritório desta Superintendência, achando-se presentes o superintendente José Maria Jacinto Rebelo e João Batista Binot, foi por aquele proposto a fatura dos jardins ao lado e em frente do Palácio Imperial, sob as condições que abaixo se seguem, às quais se sujeitou o referido Binot, peranteas testemunhas José Francisco Dias e Maximiliano José Gudehus”

Nos dois primeiros parágrafos do contrato fica determinada a localização dos jardins perante a edificação.

“1º. Binot nivelará e preparará convenientemente, com o fim de serem plantados, os terrenos da frente e ao lado do Palácio, destinados para jardins.

2º. Executará os riscos conforme lhe forem dados.”

O texto indica a primeira atividade a ser desenvolvida que é o nivelamento do terreno. É interessante observar pela disposição atual que a área foi dividida em dois patamares. No primeiro que fica em nível superior à rua, foi construído o palácio e no seu entorno um jardim, formado com gramados e algumas árvores plantadas mais distantes de forma a não tirar a visibilidade da fachada. Utilizando-se de uma rampa, o outro patamar, já no nível da rua, totalmente cultivado com o jardim. Apesar da existência de patamares, esses são nivelados. Há um muro (Figura 17) que separa os dois terraços, feito todo em pedras, mantida até os dias de hoje, se encontra coberto por vegetação rasteira (musgos) e avencas.



Figura 17 Muro nos jardins do Museu Imperial

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

Ainda no 1º parágrafo é ressaltado que deverão ser construídos jardins na frente e nas laterais do palácio. Seguindo o proposto, atualmente todo o entorno é ajardinado, não apenas as partes da frente, que estão em destaque, mas também as laterais e a parte de trás da edificação. As laterais e os fundos do palácio (Figura 18) apresentam uma vegetação coberta com grama e espécies variadas, algumas são centenárias e apresentam porte bastante elevado.



Figura 18 Jardins das laterais e dos fundos do Museu Imperial

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

A partir do 3º parágrafo, são detalhados os cuidados que devem ser realizados com o plantio das áreas ajardinadas, principalmente em relação ao uso de boa terra, a fim de garantir que as espécies utilizadas se desenvolvam bem no local. É interessante a indicação do cuidado a ser tomado com a terra. Atualmente isso é feito como forma de detalhar e especificar toda a atividade para que haja verificação futura do cumprimento do serviço proposto.

“3º. Riscará, arruará e encanteirá com grama as diferentes banquetas e canteiros, cavando pelo menos três palmos de profundidade para encher com boa terra, e dependente da natureza e tamanho da planta.

Observa-se que os canteiros devem ter sido feitos “na mão”, pois indica cavar 3 palmos de profundidade o que equivale aproximadamente a 60 cm na enxada. Este trabalho exigiu grande esforço da mão-de-obra, devido à extensão da área, foram preparados diversos canteiros (Figura 19) e todo o traçado do jardim.



Figura 19 Canteiros nos jardins do Museu Imperial

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

4º. Procurar terra própria e fazê-la conduzir, bem como o estrume, depois de escolhidos tanto um como outro para os canteiros e plantas.

5º. Substituirá o barro existente por boa terra e estrume.”

Ao detalhar que no local existe barro e que este deve ser substituído por boa terra, juntamente com outros detalhamentos, remete à ideia de que este contrato foi pensado e escrito por especialistas na área de jardinagem, devido aos detalhes das obrigações a serem executadas, implicando em uma preocupação com que o resultado final seja satisfatório. Ao conhecer a formação e experiência do horticultor e botânico, Binot, entende-se que ele possa estar envolvido não apenas na execução do contrato como também na sua elaboração. Algumas noções de construção, como nivelamento, formação de patamares e

outras estruturas podem ter sido propostas pelo Superintendente Rebelo, que também assina o contrato e por ser engenheiro, é conhecedor de tais técnicas.

O 6º parágrafo lista quais as espécies vegetais deverão ser utilizadas. É ressaltada a utilização de plantas exóticas misturadas com nativas, essa composição paisagística estava se tornando uma tendência nacional, uma vez que Glaziou, o paisagista que atuava nas obras públicas no mesmo período, começava a reconhecer o potencial das plantas nativas e a implicação destas nos jardins. Como Binot, o idealizador do jardim do Imperador, já possuía uma chácara onde cultivava diversas espécies, tanto nativas quanto exóticas, a utilização da mescla dessas espécies foi natural, devido à disponibilidade das plantas que possuía. Além, das exigências do Imperador, que conhecedor e admirador da flora nacional e estrangeira possuía afeto com algumas espécies que desejaria encontrar no seu jardim, como as camélias, e algumas especiarias.

“6º. Fornecerá e mudará do seu viveiro da rua Nassau, as plantas e árvores frutíferas, arbustos, flores, etc., de conveniente tamanho, constantes da relação que apresentou para este efeito, na ordem, e número seguinte: Árvores frutíferas da Europa: macieiras de 30 qualidades diferentes, 300 pés; pedreiras, idem, 500 pés; pessegueiros, idem, 30 pés; ameixeiras, idem, 20 pés; damasqueiros, idem, 10 pés; cerejeiras, idem, 10 pés; nogueiras, idem, 20 pés; macieiras com frutos, cheirosas, idem, 20 pés; avelãs, 20 pés; castanheiras, idem, 10 pés; total, 940 pés de plantas. Rosas de mais de 100 variedades, 1185 pés. Arvoredo frutífero do país, de muitas variedades, 1550 pés. Arbusto de flores e ornamentos, mais de 150 variedades, 640 pés. Vinhas ou parreiras escolhidas (Chasselas, Fontainebleau, frontignan, Magdalena, etc.), 170 pés. Cebolas, bulbos e raízes de flores diversas (variedade muito grande de amarelos, gladiolos, tuberosos, narcisos, junquinhos, coroa imperial, jacintos, anêmona, reinúnculo, ciclâmen, agapantos, etc.), 2000 pés. Dálias dobradas de mais de 200 variedades (tuberculosas), 5000 pés. Plantas herbáceas de flores diversas (grande variedade), 3000 pés. Total 14:485 pés, fora 3 variedades de morangos, subindo a mais de 3000 pés, e mais de 2000 de violetas de Parma, dito azul das quatro estações, etc.”

A ausência de um projeto e de fotos mais detalhadas não permitiu identificar onde foram plantadas essas espécies e se realmente existiu todos esses exemplares.

O número de espécies selecionadas para estarem nos jardins é muito grande, sendo que a área atual não é suficiente para comportar essa quantidade de plantas. Percebe-se que no ato da construção dos jardins a área disponível era maior que o espaço ocupado atualmente. Segundo Diniz (1998), a área diminuiu de 50 mil, na época da construção, para 20 mil metros quadrados. No início do século XX foram abertas ruas e avenidas no terreno do palácio. Alguns lotes do foram desmembrados, vendidos e doados, pela Princesa Isabel. Nesse período a Família Imperial já estava em exílio em Portugal, pois instalava-se aqui no Brasil a República. Dessa forma a Família Imperial começou a se desfazer dos bens que possuíam por aqui, por questões financeiras e também por não viverem mais no Brasil. Duas doações feitas pela Princesa são sede até hoje dos Correios e de um Grupo Escolar Municipal. Ao longo dos anos, mais lotes foram sendo desmembrados, para serem doados ou vendidos, sendo assim, o Palácio e o seus jardins foram perdendo as suas dimensões originais. A comparação entre as áreas da época da construção com a atual esta presente na figura 20 que mostra com exatidão a redução. Dois polígonos em destaque na figura são a representação das áreas, sendo o maior polígono, o terreno completo da época da construção dos jardins, e o polígono menor a área atual, bem reduzida.

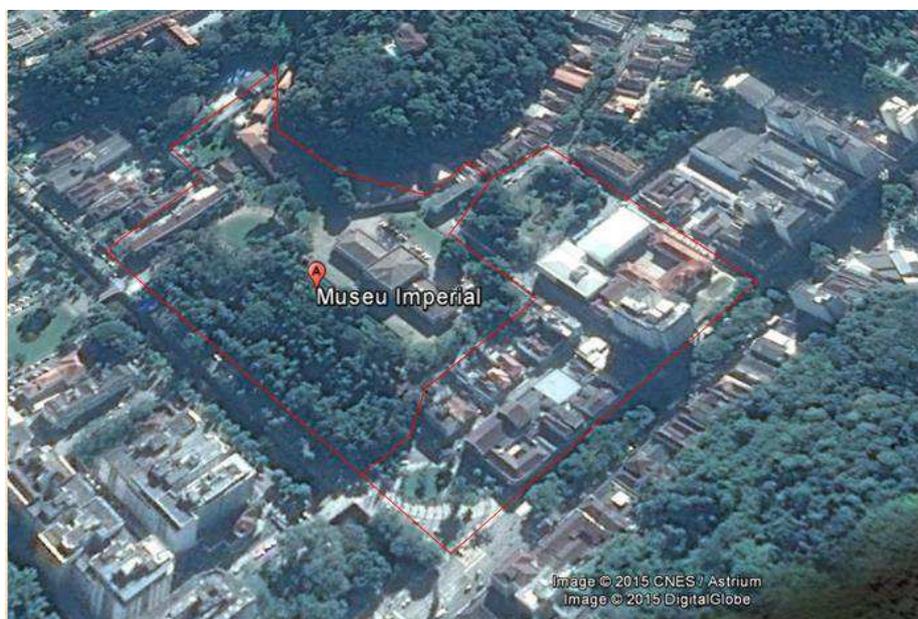


Figura 20 Imagem de satélite da área do Museu Imperial, 2011

Fonte: Google Earth

A seguir a tabela 1 apresenta as espécies vegetais identificadas nos dois terraços dos jardins do Museu Imperial, nos dias de hoje. É importante ressaltar que muitas das espécies que foram citadas no contrato não possuem exemplares atualmente nos jardins, especialmente as floríferas.

Tabela 1 Espécies vegetais dos jardins do Museu Imperial

Nome Popular	Nome Científico	Nativa	Exótica	Histórica *
Abacateiro	<i>Persea americana</i>		X	X
Agapanthus	<i>Agapanthus africanus</i>		X	
Areca Bambu	<i>Dyopsis lutescens</i>		X	
Árvore da Pataca	<i>Dillenia indica</i>		X	
Árvore do Viajante	<i>Ravenala madagascariensis</i>		X	
Árvore papel	<i>Betula pendula</i>		X	X
Avenca	<i>Adiantum spp</i>	X		
Azaléia	<i>Rhododendron simsii</i>		X	
Bromélias	<i>Bromelia L.</i>	X	X	
Buquê de Noiva	<i>Spiraea Cantonniensis</i>		X	
Buxinho	<i>Buxus sempervirens</i>		X	
Cafeeiro	<i>Coffea arabica L.</i>		X	
Cambucá	<i>Plinia edulis</i>	X		X
Camélia	<i>Camellia japônica</i>		X	X
Caquizeiro	<i>Diospyros kaki L.</i>		X	X
Cerejeira do Japão	<i>Prunus serrulata</i>		X	
Cipreste Chorão	<i>Cupressus funebris</i>		X	X
Costela de Adão	<i>Monstera deliciosa</i>		X	
Cravo da Índia	<i>Syzygium aromaticum</i>		X	X
Cycas	<i>Cycas revoluta</i>		X	
Espirradeira	<i>Nerium oleander</i>		X	
Eucalipto	<i>Eucalyptus grandis</i>		X	
Extremosa	<i>Lagerstroemia indica L.</i>		X	
Flor do Imperador	<i>Osmanthus fragrans</i>		X	X
Grama Esmeralda	<i>Zoysia japônica</i>		X	
Grama Preta	<i>Ophiopogon japonicus</i>		X	
Helicônias	<i>Heliconia spp</i>	X	X	

Continuação...

Hemerocalis	<i>Hemerocallis</i>		X	
Hortênsia	<i>Hydrangea macrophylla</i>		X	
Ipê Amarelo	<i>Tabebuia serratifolia</i>	X		
Jacarandá-Mimoso	<i>Jacaranda mimosaeifolia</i>		X	X
Jaqueira	<i>Artocarpus heterophyllus</i>		X	X
Magnólia	<i>Magnolia liliflora</i>		X	
Maranta	<i>Maranta L.</i>	X	X	
Musgos	<i>Bryophyta sensu stricto</i>		X	
Nêspera	<i>Eriobothrya japônica</i>		X	X
Nogueira Pecan	<i>Carya illinoensis</i>		X	X
Palmeira Bismarckia	<i>Bismarckia nobilis</i>		X	
Palmeira Real	<i>Roystonea regia</i>		X	X
Pau-Brasil	<i>Caesalpinia echinata Lam.</i>	X		
Ráphis	<i>Rhapis excelsa</i>		X	
Roseira	<i>Rosa x grandiflora</i>		X	
Russélia	<i>Russelia equisetiformis</i>		X	
Strelitzia	<i>Strelitzia reginae</i>		X	

A partir do 7º parágrafo são tratados os cuidados de implantação dos jardins, a escolha do local adequado a cada espécie, seguindo suas exigências para desenvolvimento e também o trabalho fitossanitário.

“7º. Plantará todas as árvores frutíferas, arbustos, flores, etc., conforme sua melhor localidade.

É interessante observar que como não é mencionado um projeto, o próprio contratado deveria escolher a localização das mudas, de maneira "informal".

*espécie que está implantada nos jardins desde a construção dos mesmos.

8°. Responderá por todas as plantas acima mencionadas e também pelas suas qualidades, ficando delas incumbido até a sua conclusão.

9°. Extinguirá os formigueiros que encontrar nos jardins.

10°. Principlará o quanto antes o serviço acima mencionado, para aproveitar a estação própria de plantação, sem que haja interrupção.”

O 10º parágrafo sugere que os trabalhos se iniciem o quanto antes, no entanto, diferentemente do proposto, que seria no período de chuvas (3 meses: Dezembro, Janeiro e Fevereiro) e pensando no volume de plantas e na falta de equipamentos seria muito difícil cumprir o contrato neste quesito.

Os 11º, 12º e 13º parágrafos relatam a contratação de funcionários para auxiliar nos serviços e também o fornecimento dos materiais que serão utilizados.

“11°. Admitirá por sua conta os trabalhadores que para esses serviços diversos forem mister, nunca menos de seis.

Ressalta-se que o contrato refere à contratação de 6 funcionários no mínimo para preparar o terreno e plantar um grande número de mudas, além de 10000 bulbos, com certeza é uma mão-de-obra aquém do necessário, inviabilizando o plantio em apenas 3 meses.

“12°. O superintendente fornecerá os carrinhos, carroças, um preto e animais que forem mister para condução das terras, estrumes e transplantação do viveiro; regadores, estacas e cordéis.”

O 12º parágrafo do contrato ressalta uma questão social, ou seja trata-se da contratação de mão-de-obra escrava e livre. Na proporção de 6 trabalhadores livres para 1 escravo. Ou seja, já se iniciavam as ideias de trabalho livre, mas ainda dependiam dos escravos, principalmente para os serviços mais pesados.

“13°. Excetua-se os tanques, caramanchões e [bevedeis].”

Essa área do 13º parágrafo não está representada nas imagens da época da construção e nem existe atualmente. Portanto essa parte que não era das atribuições do Binot, como dito no contrato, provavelmente não foram executadas. No entanto há a presença de algumas estruturas como fontes e estátuas mitológicas. As fontes (Figura 21) aparecem ao longo dos jardins nos dois patamares, no total de 4.



Figura 21 Fonte nos jardins do Museu Imperial

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

Os três últimos parágrafos tratam da questão financeira, são relatados todos os valores pagos ao Binot para implantação e manutenção dos jardins.

“14º. Debaixo das condições acima mencionadas nos serviços próprios à plantação e preparos dos terrenos dos jardins; fornecimento das plantas e árvores referidas, se obriga o superintendente a pagar a quantia de = sete contos = exigidos por J. B. Binot, em prestações até final conclusão de todo o trabalho, e do modo seguinte.”

“15º. Pagará o superintendente mensalmente a Binot a importância da fêria dos trabalhadores que ele tiver no trabalho dos jardins imperiais, e mais a quantia de oitenta mil réis, contando-se toda esta despesa por conta do ajuste feito.”

A exigência de Binot no valor mencionado remete ao seu profissionalismo, pois para executar perfeitamente esse grande trabalho e garantir uma perfeita conclusão foram muitos os gastos. É destaque a valorização da mão-de-obra, pois muito trabalho precisa ser remunerado.

“16°. Na conclusão da obra, e três meses depois de finda a plantação, receberá o restante para o completo embolso dos = sete contos de réis = porque é contratada pelo referido Binot a plantação e fatura dos jardins do Palácio Imperial de Petrópolis.

E nada mais havendo-se a tratar, deu-se por findo o presente, em cujo contrato vão assinadas as duas testemunhas, o empreiteiro Binot e o superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis.

Petrópolis, 29 de abril de 1854. Francisco Alves de Brito Maia, escrivão. Maximiano José Gudehus e Antônio Fernandes Cardoso. João Batista Binot. José Maria Jacinto Rebelo.”

Por fim, o último parágrafo do contrato ressalta um ponto importante, uma garantia da execução dos trabalhos. Para isso, uma parte do valor combinado será pago após 3 meses da implantação como uma garantia de que os plantios foram adequados e que o jardim já inicia seu desenvolvimento natural, ou seja, a execução foi satisfatória.

A respeito das dimensões do projeto, é importante reconhecer que a edificação e os jardins constituem um conjunto e não devem ser analisados separadamente, pois um complementa o outro. Dessa forma, considerando as dimensões modestas do Palácio, se comparadas com palácios estrangeiros, os jardins seguem o mesmo propósito. Não possui exuberância superior à da construção, além de não estar inserido em nenhum estilo de jardim, ou seja, o traçado de Binot, não segue modelos já estabelecidos, é uma reunião de influências aliado às personalidades do botânico e do Imperador. Essas influências se destacam em dois elementos utilizados no jardim: primeiro o Bosque, (Figura 22) localizado na entrada do Museu abaixo da edificação, cuja

construção ajardinada nos remete a um elemento do jardim inglês, ou seja, bosque com traçado livre, que permite caminhadas e a interação do homem com a natureza. Este elemento busca representar nas dimensões do jardim a paisagem do entorno em que todo o conjunto do Museu Imperial está inserido. Ou seja, a cidade de Petrópolis, está inserida na Mata Atlântica, um local com grande diversidade de espécies vegetais.



Figura 22 “Bosque do Museu Imperial”

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

Ainda no bosque há um canteiro central, em frente ao portão de entrada, em formato oval, exatamente igual ao que existia na época de construção dos jardins, as alterações sofridas ficam por conta da troca de espécies vegetais e também da estátua central, que no local já esteve presente um grande vaso com uma espécie vegetal, posteriormente uma estátua com leões e atualmente possui uma estátua de D. Pedro II (Figura 23).



Figura 23 Canteiro central do jardim com Estátua de D. Pedro II

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

Seguindo a ideia de bosque, o patamar ao nível da rua apresenta diversas plantas, e atualmente, com o porte (Figura 24) que as espécies atingiram, é possível visualizar uma pequena mata no local.



Figura 24 Porte atual das espécies vegetais no Museu Imperial

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

Outro elemento em destaque nos jardins é um modesto canteiro geométrico, localizado no patamar da edificação, (Figura 25) que remete ao jardim clássico francês. Tal fato poderá estar ligado à nacionalidade do Binot, francesa, onde aprendeu as primeiras técnicas de jardinagem.



Figura 25 Canteiro geométrico no Museu Imperial

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

O Traçado atual do projeto apresenta linhas semelhantes, com canteiros curvos no patamar inferior e canteiros retilíneos no patamar superior. Percebe-se que o desenho executado por Binot é mantido no Bosque e nos jardins à frente do Palácio. A figura 26 exemplifica o desenho do jardim atualmente.

Jardins do Museu Imperial de Petrópolis

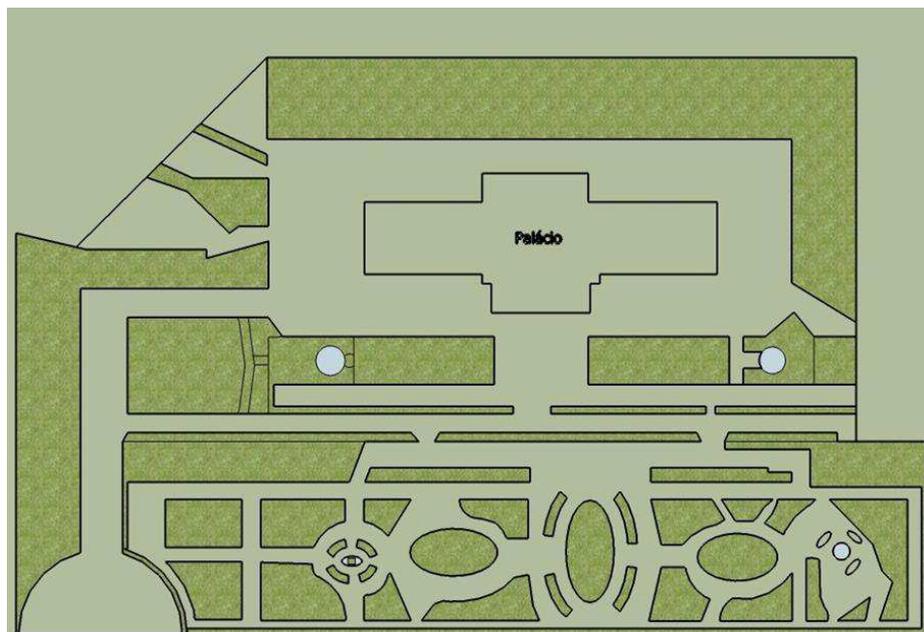


Figura 26 Desenho dos jardins do Museu Imperial

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

Dom Pedro II, sempre se mostrou muito preocupado com os jardins, para evitar erros na classificação das plantas, trouxe o diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, João Geraldo Kuhlmann. Essa preocupação do Imperador refletia seu desejo maior de possuir um centro botânico de estudos, além de apenas um jardim florido (DINIZ, 1998).

Em função da grande admiração por aves de D. Pedro II, há inferências da construção de um viveiro de aves raras estrangeiras, cujo trato pessoal era um dos prazeres do imperador. No entanto, não foi possível identificar por meio das imagens o exato local e as dimensões do viveiro de aves, sabe-se que não existe atualmente na área pertencente ao Museu, um local identificado para tal criação. Junto ao muro do terraço superior, foi instalado em 1859, um relógio de sol, que

existiu por muitos anos. Há ainda informações sobre a compra de instrumentos para observações astronômicas, que deveriam ser feitas no palácio, dentro e fora de casa, ao nascer e pôr-do-sol e ao meio dia. Todas essas inovações eram trazidas por D. Pedro II, que era muito culto e valorizava a ciência. (LACOMBE, 2007).

Em 1877, ficou determinado pela Casa Imperial, através do Mordomo Barão Nogueira da Gama, que estariam dois nomes envolvidos nos cuidados dos jardins imperiais. Augusto Glaziou, como diretor dos Parques e Jardins de todo Brasil e o Major Manuel Gomes Archer responsável pela flora Petropolitana e exclusivamente pelos jardins do Palácio Imperial, no cargo de Superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis. Desde o início da sua posse, Archer atuou fortemente em prol desses jardins, propondo inicialmente a reforma dos mesmos, no entanto, Glaziou, como seu superior, recomendou que não fossem feitas alterações no local e ordenou que o Major se limitasse a providenciar a conservação e limpeza habitual da área ajardinada (CASADEI, 1981). Nota-se, que os jardins não sofreram alterações de seu traçado neste momento, pois no período em que Archer atuou na manutenção dos jardins foi realizada apenas a conservação dos mesmos.

Uma importante intervenção do Major Archer, foi fundamental na manutenção dos jardins, especialmente no terraço superior. Foi encanada uma mina de água que facilitou muito o trabalho de irrigação no local. E por fim, o Major Archer, sugeriu o calçamento da entrada dos jardins até o portal do palácio, na intenção de impedir que se atravessasse o local sob o solo encharcado, em caso de chuva, o que era frequente na região (CASADEI, 1981).

Binot construiu os jardins do palácio imperial se atentando não apenas para o caráter botânico e paisagístico, mas também se preocupou com o caráter humanístico. As fontes e estátuas da mitologia grega (Figura 27) possuem significados e proporcionam uma maior integração do homem com a natureza (GUBERMAN, 2010).



Figura 27 Estátua nos jardins do Museu Imperial

Fonte: Acervo pessoal de Clarissa Loura (2014)

Ao se transformar em Museu em 1940, o palácio e todo o seu entorno passou por obras de restauração. Os jardins foram reformados com trabalhos de limpeza e recomposição de canteiros. Para realizar esse trabalho foi realizado um levantamento iconográfico. Através da análise de diversas imagens (fotografias, pinturas) foi possível resgatar o traçado original e reproduzi-lo. Da área que restou dos jardins, pouco foi alterado, apenas foram refeitos alguns canteiros e fontes, além dos tratos habituais com as espécies vegetais. Para auxiliar no trabalho, vieram botânicos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro que participaram da identificação das espécies vegetais. Essa identificação é muito importante, pois para manter o jardim preservado não se deve conservar apenas o seu traçado, mas também as espécies encontradas no local, pois elas implicam formas, texturas, aromas característicos do local. Para manter o jardim atrativo como era na época em que D. Pedro II o frequentava, era necessário que

houvessem animas e fontes, assim como existia no séc. XIX. Com isso foram colocados bebedouros para pássaros, e peixes nas fontes (GUBERMAN, 2010).

Sodré (1959) relata que a restauração manteve as formas originais dos jardins:

“Até hoje conservam-se as linhas paisagísticas primitivas dos canteiros e a disposição das espécies vegetais. No alto, em torno do edifício, equidistantes, em postura marcial, estão as palmeiras reais, como sentinelas solenes da imperial morada.

Descendo em alamedas para o grande tabuleiro ao nível da via pública, árvores exóticas, misturam-se com as do país na riqueza e pujança da variedade. São ciprestes, pandanos da África, palmeiras da Austrália, árvores de incenso, bananeiras de Madagascar, em convívio com as jaqueiras, os ingás, os cedros, e as magnólias.

Nos claros, e pela alegria viva de suas cores, as camélias, os jasmims, as três-marias, os manacás, a flor do imperador...

Avoengos paredões de pedra guardam ciosamente a poesia verde dos musgos e avencas que o tempo lenta e caprichosamente lhes foi concedendo (1959, p. 39).”

No ano de 2007, foi anunciado no Jornal de Petrópolis que a espécie *Dillenia indica* (flor de abril ou árvore das patacas) estava sendo suprimida dos jardins imperiais. D. Pedro II havia plantado cinco dessas árvores bem em frente ao Museu, e eram vistas por quem passava pela Rua da Imperatriz, no entanto, elas foram morrendo de acordo com a idade. Em 2007 a última que se encontrava no local necessitou ser sacrificada, pois estava com patologias que poderiam comprometer a sua estrutura e provocar algum acidente, caso caísse espontaneamente no jardim (MOREIRA, 2007). No entanto, durante as pesquisas em 2014, (SILVA, 2014) foi identificada uma Flor de abril (*Dillenia indica*) (Figura 28), em porte jovem, nas dependências do jardim. Não há relatos de quando foi plantada a muda e qual sua origem, já que não existiam mais dessa espécie na região. Essa árvore se tornou marcante nos jardins do Museu e ficou conhecida por um nome bem curioso: Árvore das patacas. Isso porque D. Pedro II ao observar o tamanho das flores, colocou dentro de uma delas uma pataca

(moeda que circulava no tempo do Império). Quando a flor era fecundada e se formavam os frutos, as moedas ficavam inseridas na polpa dos frutos. Com isso, D. Pedro II ao receber um visitante revelou a este que possuía no seu jardim uma árvore que dava dinheiro, se tornando uma brincadeira constante do Imperador. Alguns frutos foram enviados até Portugal para “provar” que aqui no Brasil, "dinheiro dava em árvore" (MOREIRA, 2007).



Figura 28 Árvore das patacas nos jardins do Museu

Fonte: Acervo particular de Clarissa Loura (2014)

Atualmente, os cuidados com a manutenção dos jardins do Museu Imperial são divididos. O patamar ao nível da rua que abriga o “bosque” é responsabilidade da administração municipal. Já o patamar da edificação fica a cargo da administração do Museu. Ambos os espaços são mantidos pelos serviços de 2 equipes de jardineiros de uma mesma empresa terceirizada que é

contratada pelas duas administrações, porém cada equipe atua separadamente em uma área. De acordo com o jardineiro responsável pela manutenção da parte dos jardins sob a administração do Museu (SILVA, 2014) a área representada nesse espaço, excetuando o bosque do patamar ao nível da rua e a mata preservada no entorno, os jardins em frente e nas laterais do Palácio somam 5000 m². Além disso, relata que a manutenção dessa área sob sua responsabilidade, deve sempre ser relatada a um funcionário do Museu, que é quem autoriza todas as intervenções realizadas, como: poda, adubação, troca de espécies. O jardineiro relata problemas com a manutenção das espécies no local, uma vez que o espaço reservado para o “viveiro” não possui características técnicas para isso.

4.2.4 Museu Atual/ Atividades Culturais

É importante destacar nos jardins do Museu imperial que o espaço é atraente e mantém suas funcionalidades, como local de descanso, meditação e até mesmo de eventos sociais e culturais. Ocorrem diversos eventos responsáveis em manter um hábito cultural deixado por D. Pedro II (Figura 29), de apreciação da flora e fauna, através de caminhadas e descanso pelos jardins.



D. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina nos jardins do Palácio

Figura 29 D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina nos jardins do Palácio
Fonte: Acervo do Museu Imperial

“Petropolitanos aproveitam a beleza, tranquilidade, segurança e o envolvimento com a natureza para caminhar no jardim do Museu Imperial. Todos os dias quem passa pela Rua da Imperatriz pode perceber o número de pessoas, a maioria da terceira idade, caminhando no jardim onde Dom Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina aproveitavam as tardes quando estavam em Petrópolis ” (TOSTA, 2006).

Nas dependências dos jardins também ocorrem diversos tipos de evento, como o do Elos Clube Internacional, idealizado pelo seu governador Hamilton Lopes. Foi realizado o plantio de quatro mudas de ipê amarelo, representando um movimento mundial, cujos objetivos são de defender a língua portuguesa, o humanismo lusitano e a paz.

O complexo do Museu Imperial oferece acesso à história. Ou seja, o objetivo não é apenas observar, e sim pesquisar, ter contato com o passado e até revivê-lo. Existem ao longo dos jardins alguns marcos históricos (Figura 30) que destacam momentos importantes da nossa história.



Figura 30 Marco comemorativo de 100 anos de amizade Brasil-Japão

Fonte: Acervo particular de Clarissa Loura (2014)

Um marco muito importante presente nos jardins do Museu Imperial é o Marco de Meia Léguas da Estrada Normal da Estrela. Representa com exatidão o local por onde se passaram diversos bandeirantes e viajantes percorrendo a Estrada Real (Figura 31).



Figura 31 Marco de Meia Léguas da Estrada Normal da Estrela

Fonte: Acervo particular de Clarissa Loura (2014)

Nos jardins existem alguns bustos, que são uma representação escultural da parte superior do corpo humano. Em destaque há o busto do Presidente Getúlio Vargas (Figura 32), fundador do Museu, e também o busto da Imperatriz Leopoldina.



Figura 32 Busto do Presidente Getúlio Vargas

Fonte: Acervo particular de Clarissa Loura (2014)

No patamar ao nível da rua, em frente ao portão de entrada, há uma estátua representando D. Pedro II, em homenagem à fundação da cidade de Petrópolis e ao seu fundador (Figura 33).



Figura 33 Estátua de D. Pedro II nos jardins do Museu Imperial

Fonte: Acervo particular de Clarissa Loura (2014)

O Museu Imperial possui um grande acervo material (móveis, vestimentas, jóias) dentro do palácio, mantido como a família imperial utilizava o local. A Biblioteca do Museu é um anexo ao palácio e tem a função de preservar todos os documentos, livros e publicações do período Imperial Brasileiro, e por ser um arquivo público, o acesso é aberto a todos. Nos jardins do palácio ocorre um espetáculo, chamado Som e Luz, que é uma grande expressão cultural. A intenção é de aproximar o homem à sua história. Esse espetáculo (Figura 34) ocorre através de uma parceria do Museu com a Fundação Roberto Marinho, a Eletrobrás e a Sociedade de Amigos do Museu Imperial.



Figura 34 Luzes no espetáculo Som e Luz

Fonte: Acervo do Museu Imperial

5 CONCLUSÕES

Os jardins do Museu Imperial estão conservados, seguindo traçados originais.

Os jardins do Museu Imperial são monumentos de contemplação, que possuem importância social e econômica na cidade de Petrópolis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos documentos pesquisados, do material iconográfico disponível, aliados aos relatos de pessoas entrevistadas é possível concluir que, os jardins do Museu Imperial de Petrópolis surgiram, desde o início, com o propósito de embelezar o local onde está inserido. A cidade de Petrópolis, onde se encontra os jardins em estudo, surgiu para o bem estar. A ideia era melhorar a qualidade de vida, no verão, para a família imperial, membros da corte, políticos e demais interessados em fugir das mazelas da cidade do Rio de Janeiro. Inserido nesse contexto, é clara a função dos jardins: bem estar. Além disso, seguindo o contexto da construção da cidade, onde o urbanista, Major Koeler, priorizou técnicas ecológicas, evitando desmatamentos e alterações no relevo local, os jardins do Museu, implicam em reproduzir no seu espaço delimitado, a paisagem do entorno. Como a cidade está inserida na Mata Atlântica, a prioridade para a construção dos jardins foi exatamente a diversidade, assim como a mata nativa, no jardim há uma riqueza de espécies vegetais, que se interagem e criam um ambiente muito agradável.

Os jardins do Museu com certeza apresentaram e ainda apresentam grande influência cultural na sociedade. Atualmente, o Museu Imperial constitui o centro das atrações turísticas da cidade de Petrópolis, e os seus jardins compõem perfeitamente esse atrativo. O estudo da evolução histórico-cultural e paisagística desses jardins permitiu entender suas influências no Museu, na sociedade, na economia e cultura local e nacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. E. Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 138-144, 2008.

ARGON, M. F. M. No coração da cidade há um palácio e seu jardim. **Boletim do Instituto Histórico de Petrópolis**, Petrópolis, v. 2, n. 3, 4 e 5, p. 9, set. 2008.

BESSA, A. S. M. **A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real**. 2011. 280 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CALAES, G. D. et al. Estrada real: vetor de fertilização de conhecimento e aprendizado para a exploração mineral. In: SIMPÓSIO DE EXPLORAÇÃO MINERAL, 2., 2008, Ouro Preto. **Comunicação Técnica...** Ouro Preto: [s. n.], 2008.

CASADEI, T. O. Os jardins do Palácio Imperial. **Tribuna de Petrópolis**, Petrópolis, v. 1, p. 11, 1981.

DEAN, W. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.

DELPHIM, C. F. M. **Intervenção em jardins históricos**: manual. Brasília: IPHAN, 2005. 152 p.

DINIZ, M. Petrópolis tem um dos mais importantes jardins do mundo: Museu Imperial populariza jardim aristocrático. **Jornal de Petrópolis**, Petrópolis, p. 6-7, 1998.

EARP, A. L. S. **Koeler**: bicentenário de nascimento. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 2004. (Trabalhos). Disponível em: <ihp.org.br >. Acesso em: 20 nov. 2014.

ESTRADA Real: caminhos. Disponível em: <<http://www.institutoestradaeal.com.br/estrada-real/caminhos>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

GONÇALVES, M. P.; BRANQUINHO, F. T. B.; FELZENSZWALB, I. Uma análise contextual do funcionamento efetivo e participação popular em uma unidade de conservação: O caso da área de proteção ambiental de Petrópolis (Rio de Janeiro: Brasil). **Sociedade. & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 323-334, 2011.

GUBERMAN, M. C. Jean-Baptiste Binot, um artista francês nos trópicos. **Dezenove e Vinte**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-8, 2010.

ICOMOS. Carta de Florença: carta dos jardins históricos 1981. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 15, p. 201-208, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinops e estatística do município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1948. 20 p.

LACOMBE, L. L. **Biografia de um palácio**. Petrópolis: Museu Imperial, 2007. 113 p.

LACOMBE, L. L. **Centenário de Petrópolis**. Petrópolis: [s. n.], 1942. v. 5, 41 p. (Trabalhos em comissão). Disponível em: <ihp.org.br> . Acesso em: 20 nov. 2014.

LASSUS, B. L'obligation de l'inventio: du paysage aux ambiances successives. In: BERQUE (Dir.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Paris: Champ Vallon, 1994.

LOPES, C. A. S. L. Cidade imperial. **Boletim do Instituto Histórico de Petrópolis**, Petrópolis, v. 3, n. 6/7, p. 10, jan./jun. 2009.

LUNGINBUHL, Y. **Paysage et identification, qualification et objectifs de qualités**. In: PAYSAGE et développement durable: les enjeux de la Convention européenne du paysage. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2006.

MOREIRA, A. Museu corta a última das árvores das patacas. **Jornal de Petrópolis**, Petrópolis, v. 1, n. 2, p. 4-5, 2007.

NETTO, J. F. A. Curso de história de Petrópolis. **Boletim do Instituto Histórico de Petrópolis**, Petrópolis, v. 1, n. 3, p. 7, 2006.

NETTO, J. F. A. Subsídios para uma história de Itaipava: Sesmarias e Fazendas. **Boletim do Instituto Histórico de Petrópolis**, Petrópolis, v. 2, n. 3, 4 e 5, p. 5-6-, set. 2008.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2. ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150 p. Disponível em: <http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivo/qldade_amb_aden_urbano.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. Secretaria de Educação. **Caderno pedagógico de história e geografia de petrópolis e turismo e educação para o trânsito/7º ano**. Petrópolis, 2010.

RABAÇO, H. J. **História de Petrópolis**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985. 140 p.

REBELLO, I. F. Os jardins poéticos de Cecília Meireles e de Roberto Burle Marx. **Revista Interfaces**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 16, p. 59-67, 2012.

RESENDE, R. H. C.; VIANNA, C. M. S. V. **Almanaque de Petrópolis: o palácio imperial**. Petrópolis: Museu Imperial, 2010.

RESENDE, R. H. C.; VIANNA, C. M. S. V. **Almanaque de Petrópolis**: uma jornada de descobertas pelo passado e presente da cidade imperial. Petrópolis: Museu Imperial, 2008.

RIBEYROLLES, C. **Brasil pitoresco (1859-1860)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. v. 1.

SANTOS, P. C. **Petrópolis**: história de uma cidade imperial. Petrópolis: Sermograf, 2001. 128 p.

SILVA, D. M. **Características dos jardins do Museu Imperial**. Petrópolis, 10 out. 2014. Entrevista concedida a Clarissa G. Loura.

SODRÉ, A. **Museu Imperial**. Petrópolis: [s. n.], 1959. (Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis).

TOSTA, R. Segurança e tranquilidade no Museu Imperial. **Tribuna de Petrópolis**, Petrópolis, v.1, n. 2, p. 11, 12 mar. 2006.